



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2023

Nº 110

SUMÁRIO

SUP. RECURSOS HUMANOS.....	2058
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÃO	2063
TAQUIGRAFIA.....	2064

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 676/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi instalar e operar os equipamentos de sonorização e multimídia na solenidade de entrega de homenagens à deputada federal Silvia Cristina e à ex-primeira-dama Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33132/2023-e.

Matricula 200173504
Nome Henry Alves Calixto
Cargo Assessor de Direção
Lotação Dep. Ap. Prod. Parl.

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

ATO Nº 677/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 20/06/2023 a 22/06/2023 à servidora relacionada que via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Cacoal e Pimenta Bueno/RO, foi assessorar a chefe de gabinete do deputado estadual Jean Mendonça em reuniões de alinhamento com os servidores do interior e fazer a organização do escritório parlamentar, conforme processo nº 33051/2023-e.

Matricula 200172261
Nome Juceli Manrich
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. Dep. Jean Mendonça

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 678/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 09 (nove) diárias no período de 24/06/2023 a

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



02/07/2023 ao servidor relacionado que via transporte aéreo de Brasília/DF a Lisboa/PT, Estocolmo/SE, Helsinque/FI, Frankfurt/DE, São Paulo/SP e Porto Velho/RO, foi acompanhar o presidente desta Casa de Leis para participar de Missão Oficial do Ministro das Comunicações Juscelino Filho, juntamente com demais membros da comitiva oficial do Governo Federal e do Parlamento Federal e com as empresas de telecomunicações na Suécia e na Finlândia, conforme processo nº 33221/2023-e.

Matricula 200172371
Nome Roger Andre Fernandes
Cargo Secretário Geral
Lotação Gab. Secretaria Geral

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 679/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 09 (nove) diárias no período de 24/06/2023 a 02/07/2023 ao deputado estadual Marcelo Cruz da Silva, matrícula nº 200165401, que via transporte aéreo de Brasília/DF a Lisboa/PT, Estocolmo/SE, Helsinque/FI, Frankfurt/DE, São Paulo/SP e Porto Velho/RO, foi participar de Missão Oficial do Ministro das Comunicações Juscelino Filho, juntamente com demais membros da comitiva oficial do Governo Federal e do Parlamento Federal e com as empresas de telecomunicações na Suécia e na Finlândia, conforme processo nº 33256/2023-e.

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 680/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi conduzir servidores para entrega de título honorífico de Cidadã Honoraria do Estado de Rondônia à ex-primeira-dama Michele de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33310/2023-e.

Matricula 200173762
Nome Edivan Soares da Silva
Cargo Chefe de Divisão
Lotação Div. Transporte

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 681/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi fazer a cobertura fotográfica da solenidade de concessão de Medalha de Mérito Legislativo à deputada federal Silvia Cristina e o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à Senhora Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33345/2023-e.

Matricula 200173691
Nome Antonio Lucas Caetano Melo
Cargo Assessor de Direção
Lotação Div. de Publi. e Propaganda

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 682/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 aos servidores relacionados que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foram fazer a tradução simultânea para Libras da solenidade de concessão de Medalha de Mérito Legislativo à deputada federal Silvia Cristina e o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à Senhora Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33345/2023-e.

Matricula 100021043
Nome Neide Alexandre do Nascimento
Cargo Assistente Legislativo
Lotação Sup. de Comun. Social

Matricula 100021028
Nome Vinicius Alan Macal Mota
Cargo Assistente Legislativo
Lotação Sup. de Comun. Social

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 683/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 à servidora relacionada que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi prestar serviço de cerimonial na solenidade de entrega de título de cidadã honorária do Estado de Rondônia à senhora Michele de Paula Firmino Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33299/2023-e.

Matricula 200173934
Nome Cleiciane Feitosa Galdino
Cargo Assessor de Direção
Lotação Gab. Sec. Mod. da Gestão

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 684/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução

nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foi conduzir veículo para transporte de servidores em audiência pública, conforme processo nº 33280/2023-e.

Matricula 200173772
Nome Alessandro Marcio S. Domingues
Cargo Assessor de Direção
Lotação Dpto. Almox. e Patrimônio

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 685/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 26/06/2023 a 28/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Vilhena/RO aos municípios de Corumbiara, Espigão do Oeste, Primavera, São Felipe, Alta Floresta e Castanheiras/RO, foi participar de reuniões parlamentares, representando a deputada estadual Ieda Chaves, conforme processo nº 33264/2023-e.

Matricula 200173897
Nome Tiago dos Santos Miranda
Cargo Subchefe Parlamentar
Lotação Gab. Dep Ieda Chaves

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 686/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 26/06/2023 a 29/06/2023 ao servidor relacionado que via transporte terrestre de Vilhena/RO aos municípios de Corumbiara, Espigão do Oeste, Primavera, São Felipe, Alta Floresta e Castanheiras/RO, foi conduzir veículo transportando o Subchefe Parlamentar para participar de reuniões parlamentares, representando a deputada estadual Ieda Chaves, conforme processo nº 33264/2023-e.

Matricula 200172296
Nome Nilmano Castro Sousa
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. Dep Ieda Chaves

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 687/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (dois) diárias no período de 01/07/2023 a 02/07/2023 à servidora relacionada que via transporte terrestre de Espigão do Oeste/RO a Cacoal/RO, irá participar da 2ª Feira do Café e Cacau com a finalidade de assessorar o deputado estadual Cássio Gois, conforme processo nº 33272/2023-e.

Matricula 200174213
Nome Rosangela Satlher Dalosto
Cargo Assessor Parlamentar
Lotação Gab. Dep. Cassio Gois

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº 688/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23/06/2023 a 25/06/2023 às servidoras relacionadas que via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, foram prestar serviço de cerimonial e protocolo na solenidade de entrega de título de cidadã honorária do Estado de Rondônia à senhora Michele de Paula Firmino Reinaldo Bolsonaro, conforme processo nº 33302/2023-e.

Matricula 200173666
Nome Agata Michely Gomes Riojas
Cargo Assessor de Direção
Lotação Div. Ling. Estrang. Esp.

Matricula 200173113
Nome Claudia Milena Siqueira Lopes
Cargo Assessor de Direção
Lotação Dep. Cerimonial

Matricula 200173731
Nome Josjane Michela Araujo Barbosa
Cargo Diretor de Departamento
Lotação Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 26 de Junho de 2023.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto ALE/RO

ATO Nº3081/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A composição Comissão de Trabalho Temporária de Reavaliação de Bens Móveis e Imóveis, instituída pelo ATO Nº 2372/2023-SRH/SG/ALE, de 14 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial de Assembleia Legislativa nº 064 de 14/04/2023, a contar de 01/06/2023.

Presidente: HENRY WHITMANN GILLBERT DIAS MIRA
Membros: OSMAR PEDRO GIOVANNONI
EUNILSON COSTA FREITAS
RENAN FROZ AGUIAR

Porto Velho, 26 de junho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº3082/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº3079/2023-SRH/SG/ALE, de 21 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 107 em 21/06/2023, que Designou a servidora **JACQUELINY BORGES DE LOURDES**.

ONDE SE LÊ: Fiscal do Contrato nº 025/2020, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

LEIA-SE: Fiscal do Contrato nº 025/2022, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

Porto Velho, 26 de junho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº3083/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº3080/2023-SRH/SG/ALE, de 21 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 107 em 21/06/2023, que Designou a servidora **JACQUELINY BORGES DE LOURDES**.

ONDE SE LÊ: Fiscal do Contrato nº 026/2020, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

LEIA-SE: Fiscal do Contrato nº 026/2022, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

Porto Velho, 26 de junho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº3084/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº3078/2023-SRH/SG/ALE, de 21 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 107 em 21/06/2023, que Designou a servidora **JOSJANE MICHELA ARAUJO BARBOSA**.

ONDE SE LÊ: Gestora do Contrato nº 025/2020, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

LEIA-SE: Gestora do Contrato nº 025/2022, do Processo Eletrônico nº 42161/2022-e.

Porto Velho, 26 de junho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 46.485/2022
Pregão Eletrônico nº 026/2022/PPP/ALE/RO

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 1470/2023-SRH/SG/ALE**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital supracitado que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOFTWARES, COM INSTALAÇÃO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PLENÁRIO**, que a licitação supracitada foi **REVOGADA** por perda do objeto, conforme deliberado pela autoridade competente nos termos do Despacho nº 044, de 21/06/23 – (e-DOC 56D7026A), previsto no subitem 19.1.2 do Edital.

Porto Velho-RO, 26 de junho de 2023.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro PPP/ALE/RO

TAQUIGRAFIA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 20.06.2023

INÍCIO: 09h45min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS
CONVIDADOS: SRA. DRA. TAÍSSA
SR. DELEGADO CAMARGO

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, ao dia 20 de junho de 2023, no plenário da Assembleia Legislativa.

Contamos aqui com a presença da ilustríssima excelentíssima deputada, representante de Guajará-Mirim e região, Deputada Drª Taíssa; nosso grande Deputado Delegado Lucas; Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes; nosso Secretário da Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), o Senhor Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos. Também registrar aqui os produtores da Vila Rio Verde, APRURIV (Associação de Produtores Rurais da Comunidade Rio Verde), o Senhor Anderson, o Senhor Vagner, o Leonildo, a Pâmela, a Érica.

Registrar aqui a presença do André, da Casa Civil. Nosso muito obrigado pela presença. O Caio, da Casa Civil, também. Paula Araújo, da UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Senhor Presidente, bom dia nobres colegas. Peço a gentileza de Vossa Excelência registrar a minha presença. Obrigado, Presidente. Bom dia. Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Registrar a presença

do Deputado Delegado Camargo. Muito obrigado pela participação.

Convido neste momento, para que seja feita a leitura da Ata, a nossa Excelentíssima Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) – Procede a leitura da Ata da Reunião Extraordinária anterior. Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputada Drª Taíssa. Antes de passar a fala para os nobres parlamentares, nós tivemos duas respostas. Passo aqui a palavra ao Doutor Doca, que compõe aqui a Comissão Jurídica da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Bom dia a todos, senhores deputados, senhores presentes. Deputado, nós temos aqui o recebimento do documento da Sedam, via Casa Civil, informando a disponibilização de dois processos relativos à extração do carbono, que é da Reserva Rio Cautário e o da Rio Preto-Jacundá. Então, dando ciência do acolhimento.

Temos também um Requerimento aqui do Senhor Irailton Dáurea solicitando pronunciamento na CPI, para falar, etc. Todavia o tema não está entre o fato determinado no Requerimento que nós aprovamos e, ademais, nós não estamos ainda na fase de oitiva. A oitiva, hoje, do Secretário aqui foi a convite da Deputada Drª Taíssa. Eu acho que a partir das próximas sessões nós realmente teremos a oitiva, é quando nós vamos fazer o relatório de todo documento recebido, dali nós vamos identificar as pessoas que precisam ser ouvidas, para aclarar esse ou aquele tema, em que haja dúvida ou alguma inconsistência.

Então, no tempo da oitiva, se a matéria for pertinente ao objeto investigado, nós acolhemos. Em princípio esse Requerimento aqui nós estamos opinando, Senhor Presidente, pelo não acolhimento dele e ele não precisa sequer ser juntado aos autos. Ok?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Doutor Doca, entendo a sua preocupação. Eu tive vários pedidos aqui, principalmente dos parlamentares, para nós nos atermos à parte técnica. Então, em algumas reuniões nós demos abertura para ouvir a população, mas agora nós vamos nos ater à tecnicidade, ao andamento da CPI.

Essa CPI é muito, muito importante para o Estado de Rondônia. Porque através dessa CPI vai desaguar em outras questões ambientais. Nós estamos em um momento, que estamos vivendo em nosso país, que nós não podemos ter erro nessa área ambiental. Sem medo de errar, senhores deputados, eu tenho absoluta certeza que a pauta que estamos discutindo aqui é a principal pauta do Estado de Rondônia hoje.

Se nós não tivermos união, se nós não focarmos na pauta ambiental, o nosso Estado de Rondônia pode entrar em uma situação muito difícil. Primeira coisa que pode acontecer aqui, se nós continuarmos com essas dificuldades e acontecer o que está acontecendo já no sul do

Amazonas, acontecer em Rondônia, é a questão financeira. O nosso Estado está no azul e ele é totalmente dependente do agro. Hoje, o que sustenta o nosso Estado é o homem do campo.

Então, essa pauta ambiental, essa questão das reservas, essa questão do gás carbônico, essa questão dos embargos, que amanhã nós teremos a reunião em Brasília, é primordial, é a principal pauta do Estado de Rondônia. E, realmente, não é pintando um futuro preocupante, mas é a verdade. Se nós não nos unirmos e evitarmos que aconteça em Rondônia o que está predisposto a acontecer... Eu estava agora falando com os parlamentares, tiveram reuniões em Brasília, e as pessoas falam abertamente, que tem uma pauta ideológica para a região Amazônica. Foi o Deputado Delegado Lucas que falou agora há pouco, não é Lucas? Uma pauta ideológica para o Estado de Rondônia. E isso aí já está claro, qual é a pauta que existe para acontecer no nosso Estado. E nós precisamos defender o nosso Estado para que isso não aconteça. Nós sabemos que, se isso acontecer, será uma tragédia econômica para o homem do campo, uma tragédia econômica para toda a população do Estado de Rondônia.

Eu passo agora, nesse momento, a palavra aos parlamentares. Os que desejarem a fala, é só se manifestarem e lhes será facultada.

O Deputado Pedro se manifestou, mas, rapidamente, já ofertou a palavra à Deputada Dr^a Taíssa.

Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa. Neste primeiro momento vamos dar fala aos Deputados, e, depois, para começar os questionamentos.

Com a palavra, a nobre Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Primeiramente, agradecer ao Senhor Presidente. Um Presidente por quem eu tenho muito carinho, Deputado Alex Redano; trabalho fenomenal que você vem fazendo e, principalmente aqui, dessa cordialidade dentro do Parlamento. Por isso que é o amigão de todos e admirado por todos os parlamentares.

Bom dia ao Deputado Delegado Lucas, esse deputado super atuante, dessa região lá de Buritis, uma região que necessitava muito de um representante. A gente vê dentro do Estado de Rondônia, todas as regiões sendo extremamente barristas, e, é assim que a gente se fortalece.

Deputado Pedro Fernandes, um deputado super solícito, por quem eu tenho muito carinho de dividir o Parlamento com Vossa Excelência.

Deputado Delegado Camargo, que vem trabalhando on-line conosco, ontem estava viajando para Brasília, mas, mesmo assim, não deixou de qualquer forma, de estar aqui, participando on-line e estar prestando o seu serviço, que é, servir à população.

E cumprimentar o Secretário, que no momento em que foi convidado para estar conosco, ele já imediatamente se prontificou e está aqui para prestar esclarecimento para a população e também sabe da importância do trabalho em relação a essa CPI, não é, Secretário?

A gente sabe que nós temos todo um aparato jurídico e

eu fico muito feliz de o nosso Governador Marcos Rocha, realmente, ser um governador gestor, um governador que coloca uma pessoa qualificada, formada e cada vez mais vai entregar um trabalho de qualidade na Sedam.

E cumprimentar o Doutor Doca que é meu colega de profissão, advogado; extremamente preparado. Hoje ele é uma referência, não é, Deputado Alex Redano, dentro do nosso Parlamento, como profissional e, principalmente, nessa pauta ambiental em que ele sempre está bem atuante. Ele vai estar lá com a gente em Brasília, para auxiliar e trazer cada vez mais esse trabalho técnico que a gente precisa tanto.

Mas, agora falar para toda a comunidade do Estado de Rondônia: nós sabemos da importância dessa reunião e, principalmente, que a gente possa ultrapassar essa barreira, que a gente vem passando hoje, aqui no nosso Parlamento.

A situação ambiental, Deputado Delegado Lucas, é gravíssima. Eu estive reunida desde lá do Cachoeirinha, na região de Candeias e, em outras regiões; lá na situação de Primavera, ali da Ponta do Abunã, e as pessoas estão desesperadas. A maior parte das pessoas está entregando suas propriedades a preço, assim, praticamente de graça - a verdade é essa -, porque elas não sabem o que fazer. E mais ainda do que os embargos, é a situação do rastreamento.

Hoje, já se tem uma situação onde, em propriedades rurais, a pessoa está com uma área embargada, ela tem o gado e não consegue mais vendê-lo para o frigorífico. E, infelizmente, incentivando os produtores, homens e mulheres trabalhadores, a irem para a ilegalidade, buscar, muitas vezes, registrar, passar o que ele tem de bens para uma outra ficha e situações bem graves que vêm ocorrendo dentro do nosso Estado.

E assim, é absurdo a gente pegar homens e mulheres trabalhadoras que só querem ter o sustento da família e levar para cometer algum ilícito, porque eles querem sobreviver. Isso é inaceitável o que vem acontecendo dentro do nosso Estado, e principalmente, Deputado Alex Redano, o senhor sabe dessa situação. E eu não estou falando só da minha região, eu estou falando do Estado inteiro de Rondônia. A gente precisa de um trabalho sério; a gente precisa de um trabalho in loco. Não adianta falar que aquela área é reserva se você nunca pisou o pé para saber quem estava lá e quem está produzindo e quem está trabalhando.

Então, nós precisamos realmente mudar essa realidade. Vocês já sabem, eu sou da região de Guajará-Mirim. Nós já sofremos há quanto tempo precisando do desenvolvimento econômico na nossa região e a gente sabe que só temos 7% de área livre, o que, infelizmente, faz com que boa parte da população fique à mercê de muitas vezes ver os nossos filhos se envolvendo no crime organizado, em várias situações, porque a gente não tem o desenvolvimento econômico como a gente gostaria.

Graças, ontem, o nosso Governador Marcos Rocha lançou um pacote de incentivos fiscais para nossa região com o intuito de mudar a realidade de Guajará-Mirim. Porque se não fosse isso, Deputado Alex, sabe Deus o

que vinha acontecendo, onde zerou os impostos em relação aos combustíveis, zerou os impostos em relação à castanha, zerou os impostos em relação à polpa do cupuaçu para poder mudar a realidade da nossa região de Guajará-Mirim. E nós precisamos mudar, Secretário, e realmente ver uma forma de fazer um plano de ação, um plano de trabalho em que a gente fale da questão ambiental, mas também não podemos esquecer que as pessoas precisam comer, precisam se alimentar e ninguém está feliz com a barriga vazia. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, Deputada Dr^a Taíssa.

Passo a palavra agora para o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, que é o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Bom dia a todos. Quero primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos aqui representando o povo do Estado de Rondônia, junto com o Deputado Alex Redano, Presidente desta Comissão tão importante; Deputada Dr^a Taíssa, presente também nesta Comissão, logo já estará nomeada aí; Deputado Delegado Lucas, que é uma pessoa que também, no mesmo sentido que nós estamos aqui, eu com a região de Cujubim, principalmente a questão do Soldado da Borracha, Deputado Delegado Lucas também tem a questão da região dele, que é Minas Novas, uma região importante do Estado de Rondônia, lá por Buritituba. A Deputada Dr^a Taíssa também não é diferente. Deputado Alex Redano sempre abraçou essa causa desde o primeiro mandato dele. Eu era prefeito e acompanhava esse trabalho.

Estamos no início de mandato, então aqui não tem questionamentos para dizer: "Estão fazendo política-gem", "fizeram essa CPI para...". Não. Nós estamos querendo uma resposta séria e definitiva. Nós não estamos aqui também afrontando os órgãos de controle. Temos o maior respeito pelo nosso Judiciário, pelos órgãos de controle, Ministério Público, Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas. Também respeitamos opiniões diversas, para a gente ouvir todas as partes com bastante democracia. Como eu sempre defendo o agricultor, principalmente os pequenos agricultores.

Quero cumprimentar o Secretário Marco. Agradecer por ouvir nosso convite, estar sempre disposto a ouvir. É um Secretário, o Governador Marcos Rocha acertou, porque a gente, desde o primeiro dia que eu assumi aqui, como peguei a pasta do Meio Ambiente, que é a pasta mais complexa, muitas pessoas falam assim: "É, você arrumou um grande problema, um grande..."; mas problemas estão aí para a gente resolver. Se não tivesse, não precisaria — não é, Secretário — a gente estar aqui. A gente quer trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, a Sedam, para dar um norte para nosso Estado.

Como foi dito aqui pelos parlamentares que me ante-

cederam, a questão é um problema do Estado de Rondônia. Muitas vezes o pessoal pensa que o problema é de quem está lá com sua propriedade com problemas ambientais. O problema é de quem está na cidade. Porque o homem do campo produz também para alimentar quem está na cidade. É o homem do campo, hoje, a força motora do nosso Estado. A gente vai requerer à Secretaria de Fazenda, por meio da minha Comissão, quanto produz na pecuária e no agronegócio no Estado de Rondônia, para a gente comparar esse setor para ver se não é a mola mestre desse Estado.

Nós também que pertencemos aos entes do Estado — o Legislativo, o Executivo, o Judiciário — também vivemos dos encargos que são pagos por essa produção. Nós não podemos boicotar nós mesmos. Eu sei que tem pessoas que têm ideologias, como o Deputado Alex Redano falou aqui. Isso nos preocupa muito. Por quê? Que interesse é esse? A gente ouve muitas movimentações de que vem recurso do mundo inteiro. E a gente só vê o investimento em comando e controle, quer fazer muitas abusivas em pequenos produtores, tirando dele o chão, fazendo embargos... E fora os processos judiciais que estão criminalizando pessoas que trabalham.

Quero cumprimentar o Doutor Doca, um advogado aqui que trabalha assessorando a gente nessa Comissão e no gabinete do Deputado Alex. Agradecer o Deputado Alex por disponibilizar, porque ele tem conhecimento, tem muito tempo que vem acompanhando essas demandas e ele conhece profundamente até as pessoas que vivem no interior, nessas áreas do Estado que estão com esse problema das reservas que foram criadas.

O Secretário Marco, a princípio, não seria ouvido isoladamente nessa Comissão, e, sim, em momento em que estaríamos realizando a oitiva de todos os envolvidos. Considerando que ainda falta o encaminhamento, pela Sedam, de sete processos de criação das Unidades de Conservação, para que possam ser analisados para que possamos dar início a essas oitivas. Todavia, em decorrência da procura de diversos moradores da região — principalmente do Abunã, mas na região do Vale do Jamari, a região de Porto Velho e outras regiões do Estado —, o povo está muito preocupado, dando conta de que a Sedam está notificando as famílias a desocuparem suas moradias, bem como a retirarem os animais ali existentes.

De posse dessa informação e respeitando, aqui, o Requerimento da nossa cara deputada, o nosso Presidente e todos os pares, nesse momento, convidou o Secretário para vir aqui prestar esclarecimento. Fico grato ao Secretário por, através de um convite na primeira hora, não se furtou à responsabilidade que ele tem como Secretário e representante do Meio Ambiente. Quero agradecer a todos. E vamos, daqui a pouco, fazer os questionamentos para que o Secretário possa, se no momento ele não tiver todas as respostas, ele levar e fazer o encaminhamento e nos responder com clareza para a gente entender, não é, Deputado Alex? Essa CPI agora vai tomando rumo de alguns encaminhamentos e nós vamos pautar, focar no objeto da CPI.

Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Parabéns pela sua postura, pela sua dedicação.

Passo a palavra agora para o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Agradecer a Deus pela oportunidade. Cumprimentar o nosso Presidente Deputado Alex Redano, grande deputado, que sempre puxou à frente das causas fundiárias do Estado de Rondônia. Cumprimentar também o nosso secretário dessa CPI tão importante para o Estado de Rondônia, o Deputado Pedro Fernandes. Cumprimentar a Deputada Dr^a Taíssa. Deputado Delegado Camargo, que nos acompanha on-line. Nosso Secretário do Meio Ambiente Doutor Marco, obrigado por ter comparecido, atendido o nosso convite. E cumprimentar também o Doutor Doca. Cumprimentar a todos os presentes aqui; à imprensa que nos acompanha, em nome do Senhor Jonatas, nosso assessor de comunicação. E cumprimentar a todos os servidores do governo do Estado de Rondônia, através da equipe da Casa Civil aqui presente.

Bem, serei breve, dado o compromisso assumido nessa CPI, de focarmos na tecnicidade. Quero apenas endossar aqui minhas palavras à importância dessa CPI e que esse Parlamento se posicione, se manifeste, acerca dos temas ambientais, maiormente nos tempos em que vivemos hoje em nosso país. O agro é a mola propulsora da economia do Estado de Rondônia e, como bem frisou o nosso Presidente Deputado Alex Redano, é importantíssimo que nós trabalhemos no sentido de dar mais segurança jurídica aos nossos proprietários de terras e aos nossos produtores rondonienses.

Como bem disse o nosso Deputado Pedro Fernandes, nós temos que envolver nesse debate todos os órgãos constitucionalmente atribuídos com funções afetas ao meio ambiente e à regularização agrária. Teremos que trazer para essa discussão todos os órgãos de controle, todos os órgãos do Estado. E aqui eu faço um registro, em nome do nosso Secretário do Meio Ambiente Doutor Marco, de agradecimento ao Governador Marcos Rocha, por ter se mostrado um governador pró-agronegócio, um governador que se preocupa com a nossa economia e que faz o que pode, dentro do seu governo, para dar mais condição de produtividade aos nossos produtores rurais.

O Deputado Pedro Fernandes falou muito bem, que não só o produtor do campo sofre com essa insegurança e com essa instabilidade, mas toda a nossa cidade, toda a nossa área urbana, todos os nossos moradores, que dependem não só da economia que o campo movimenta, mas dos próprios produtos que ali são produzidos. Nós sabemos que a cadeia produtiva envolve também toda a nossa cidade, não apenas o campo.

Nós, em especial da região de Buritis, como um município muito novo de um Estado muito novo, padecemos dessa morosidade do Estado, ente abstrato, em regularizar as

suas propriedades rurais.

Os nossos produtores, em qualquer outro país do mundo, seriam valorizados pela sua capacidade produtiva, pela sua disponibilidade para o trabalho, pela sua disposição em produzir, gerar emprego, gerar renda e fazer com que o Estado, com que o país avance incansavelmente, incessantemente, através de crises e crises e crises — sejam pandemias, sejam econômicas - que o mundo passa e o Brasil e Rondônia têm seguido firmemente, sem titubear.

Isso é graças ao esforço, ao suor, ao sangue derramado de nossos produtores rurais, que não são reconhecidos e valorizados por tanto. É dever desta Assembleia avançar nas pautas que visem dar mais segurança jurídica para os nossos produtores rurais, avançando no sentido de regularizar as propriedades, o que facilitará, inclusive, o trabalho dos órgãos de controle no futuro.

E que nós possamos caminhar para o desenvolvimento com mais tecnologia sustentável, com preservação do meio ambiente, mas sem tratar o nosso produtor - que faz parte do meio ambiente de forma indissociável -, como um vilão nessa história, quando, na verdade, ele tem pago as nossas contas e salvado as nossas vidas com alimento, abastecendo todo o nosso mundo.

Fica aqui o meu voto de comprometimento com o produtor rural de Rondônia, para trazer ao debate, de forma técnica, buscando aqui, através da Assembleia, soluções exequíveis e viáveis para que nós possamos avançar, não apenas na região de Buritis, mas em todo o Estado de Rondônia, no que diz respeito à regularização fundiária. Contem comigo para que essa CPI avance, Presidente, no sentido de que nós possamos resolver as injustiças que foram criadas e achar um horizonte mais promissor para os produtores rurais no futuro.

Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Estamos aqui com a Deputada Taíssa. Estão aqui o pessoal da Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Ismael Crispin, que dá um show como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Parabéns pelo trabalho, Deputado Crispin. E justificando aqui que nós estamos com os membros da Comissão de Constituição e Justiça aqui também participando da CPI.

O SR. DELEGADO LUCAS - Presidente, só para fazer um registro aqui no final, um aparte, se o senhor permite.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim, à vontade. Claro!

O SR. DELEGADO LUCAS - Acabei esquecendo de frisar, o senhor já mencionou, mas amanhã esta Assembleia estará fortemente representada em Brasília e estaremos debatendo acerca dos embargos ambientais, juntamente com o Ibama, uma pauta de extrema importância — e provavelmente a pauta de maior relevância para Rondônia atualmente. Esta Assembleia estará presente, estaremos lá com certeza para defender os interesses da

população rondoniense.

E também, logo em seguida, na quinta-feira, estaremos em Tocantins, na 4ª Reunião do Parlamento Amazônico, onde estará presente o Secretário Nacional do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Moisés Savian, cujo tema também será regularização fundiária. Reforçando que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, com toda a permissão e apoio do nosso Presidente Marcelo Cruz, se faz presente também nas discussões de nível nacional em tudo aquilo que pode repercutir na regularização fundiária e na cadeia produtiva do povo rondoniense. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- Nós que agradecemos. Quer registrar a presença, Deputada Drª Taíssa? Mais algum deputado gostaria de se manifestar? Deputado Camargo, que se encontra on-line, se quiser se manifestar...

Vamos, então, ao início dos questionamentos.

Quero aqui agradecer a presença do nosso Secretário da Sedam, o Marco Antonio Lagos. Quero enfatizar que sempre — sempre — que esta Assembleia Legislativa convidou o Secretário, ele esteve presente, trouxe equipe técnica, não mediu esforços para esclarecer todas e quaisquer dúvidas deste Parlamento. E nós agradecemos e admiramos a sua postura, Secretário. Sabemos da sua preocupação com o meio ambiente, sabemos da sua preocupação com o desenvolvimento. Eu tenho absoluta certeza da sua dedicação, da sua competência. E sou sabedor, tenho conhecimento que esta questão ambiental tem muitas coisas que vêm de cima para baixo, tem muitas situações que vem do âmbito federal, não é? Mas, agradeço a sua boa vontade e nós vamos precisar muito da sua pessoa, Secretário, nesses embates ideológicos, entendeu? Aclarar algumas situações. E, muito obrigado pelo trabalho e por estar sempre à disposição da Assembleia Legislativa.

Como a Deputada Drª Taíssa é autora do Requerimento do convite do Secretário, vou passar aqui para a Deputada Drª Taíssa iniciar aqui os questionamentos.

Quero agradecer também ao Doutor Framber, da assessoria da Casa, está sempre participando das reuniões, muito dedicado, parabéns por desempenhar tão bem a sua função.

Com a palavra agora, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Primeiramente agradecer ao Deputado Alex Redano. Como você falou, realmente, o nosso Secretário da Sedam é extremamente proativo. Eu mesma já necessitei de algumas pautas na minha região, prontamente ele me atendeu. Obrigada. É isso que a gente precisa. Como diz o nosso governador: o deputado, às vezes, só quer ser atendido e resolver o problema que precisa resolver, porque problema do deputado é o problema do povo. E que, principalmente, Rondônia é o melhor Estado para se viver.

E só passar alguns questionamentos e agradecer mesmo, Secretário. Aqui o senhor é convidado porque é uma

pauta que envolve a sua Secretaria e, principalmente, envolve o Estado de Rondônia. Agora vamos para os questionamentos.

Nós sabemos que o CAR (Cadastro Ambiental Rural) foi criado através da Lei 12.651/2002. E ele não deixa de ser um requisito super importante e obrigatório, praticamente, para a questão em relação às propriedades rurais, tendo em vista que acaba sendo uma compensação em relação a essa situação dos embargos. Eu queria fazer alguns questionamentos bem simplórios para Vossa Excelência.

Gostaria de saber qual o quantitativo de propriedades rurais que nós temos dentro do Estado de Rondônia que já tem o CAR?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom dia a todos.

Deputada, eu vou direto à resposta. Nós temos aproximadamente, salvo engano, cento e poucas mil declaradas. Porque o CAR é em duas fases: é a fase declarada pelo produtor e a fase avaliada pela Secretaria, pelos técnicos da Secretaria. E nós temos aproximadamente 8 mil CARs aprovados em Rondônia. E vários ainda em análise sob pendência.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso que eu queria saber.

O SR. DELEGADO LUCAS - Perdão, quantos aprovados?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Aproximadamente 8 mil, salvo engano.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O segundo questionamento é este: eu gostaria de saber o quantitativo que está em análise.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Eu não vou ter agora de cabeça, mas é praticamente a diferença toda. Porque muitos CARs têm o problema de o que se declara de reserva legal, de APP (Área de Proteção Permanente) e outras questões ambientais, o técnico entende que não está fidedigno. E, ou ele nega ou ele pede algum dado complementar ao técnico que declarou o CAR. E esse dado, às vezes, demora um pouco e está um pouco lenta essa interação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecer para toda a nossa comunidade que está acompanhando on-line a nossa reunião. O CAR é um documento extremamente importante, pois ele é necessário para a retirada dos embargos à propriedade. E por isso mesmo que eu estou fazendo esse questionamento, porque nós sabemos o quantitativo de propriedades rurais que nós temos dentro do nosso Estado. E saber hoje que a gente só tem 8 mil, a gente sabe que é um número muito ínfimo.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, nós somos o primeiro lugar no Brasil. Para piorar com a situação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Podemos até ser, mas é ínfimo em relação ao quantitativo de propriedades que nós temos. Porque quando a gente olha os índices, eu sempre falo, a gente tem que sempre, por mais que a gente tem um desenvolvimento, nós sabemos que tem outras regiões do nosso país que estão dando um show, a gente vê em relação a situação do Mato Grosso mesmo.

A gente sabe que o grande problema que nós estamos tendo em relação aos embargos é justamente porque nós não temos a regularização fundiária, que a gente precisa tanto ultrapassar essa barreira e descentralizar do governo federal.

Mas, agora vamos para o outro questionamento. Qual está sendo o plano de trabalho ou o procedimento feito para essas análises do CAR e, principalmente, para a gente ter celeridade, não ficar em análise e realmente a pessoa ter essa documentação?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Bom, vamos lá. Primeiramente, deputada, o CAR não é um sistema estadual, ele não depende da Sedam. Nós temos algumas, eu chamo de customizações, que são feitas aqui em Rondônia, e poucas. Contratamos alguns programadores para agilizar essa manutenção do sistema, mas ele fica muito tempo fora do ar. O sistema é federal.

Até agora nós estávamos em discussão em qual Ministério ia ficar esse sistema. Se no Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura. Isso a União não definiu ainda. Nós temos a contratação de técnicos temporários para a homologação do CAR. E, deputada, a questão da homologação do CAR, depende também do técnico privado, do que faz a parte para o produtor, pois ele é quem declara a APP e ele tem que fazer a correção dos LPs (Licença Prévia). Muitas análises estão travadas nessa parte de definir onde vai ser a reserva legal e recompor a reserva legal, que é uma parte importante, porque após aprovado o CAR, ele tem que entrar com um plano de recuperação de área degradada para poder desembargar a área.

E, também, muitas vezes fica travado nesse quesito, que é: qual vai ser a reserva legal, onde vai ser a reserva legal e a questão da área de preservação permanente, as APPs, que há um certo conflito de ali, às vezes, o produtor não quer perder aquela área e o técnico entende que é uma APP; ou que deve ser uma reserva legal. Por essa razão há muito travamento. Um CAR chega a ser analisado até 10, 15 vezes. Até se definir. Alguns ficam parados porque o técnico não declara o local que ele entende que deveria ser correto.

E temos um outro problema também dos pequenos produtores que não têm condições de arcar e a gente não pode, não consegue fazer de plano toda a parte de avaliação e propositura. Então, isso dá uma travada, mas nós estamos avançando, contratando; contratamos vários, já, e estamos aumentando o número de técnicos para a questão do CAR.

Estamos avaliando a questão do SAF (Sistema Agroflorestal), que é uma saída para reserva legal para que ela

fique produtiva ou, pelo menos, por um bom período para aliviar o produtor rural nesse período. Mas, a legislação a gente não pode se furtrar à legislação ambiental, que em Rondônia, no caso da Amazônia Legal, é 80% de reserva legal. Isso pelo Código Florestal. Quem desmatou a partir de 2008, propriedade que desmataram a partir de 2008.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como o nobre Secretário da Sedam até relatou, o CAR é um registro público eletrônico de âmbito ambiental, mas a análise é de dependência da Sedam, não é? Infelizmente, ainda há, como ele até mesmo falou, anteriormente quando o governo federal assumiu, ainda haveria uma dúvida em relação a essa situação. Mas, por que eu estou fazendo esses questionamentos? Até por causa das áreas de APP que são de uso restrito da reserva legal.

Justamente, Secretário, porque como o senhor mesmo falou, são técnicos temporários que vocês têm na Sedam. E o segundo questionamento que eu tenho é este: hoje, pela quantidade de análise que tem; hoje, pela situação que nós temos dentro do Estado de Rondônia, o senhor vê como suficiente ou o senhor precisa de mais técnicos? Até para ver como nós, Assembleia Legislativa, podemos ajudar para mudar essa realidade do Estado de Rondônia em relação a ter análise de uma forma mais rápida, porque sabemos que é pré-requisito para na área, serem retirados os embargos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Nossa quantidade de técnicos não está insuficiente, não. Ela está boa. Nós temos avançado muito no CAR. Tanto que somos o primeiro Estado da Federação em análise de CAR, em aprovação de CAR. O Brasil inteiro passa por problemas. O sistema anda instável. Temos muitos problemas. Em uma das reuniões que tive com a Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, havia estado com somente 10, 15 CARs aprovados, por problemas de sistema.

Rondônia é um Estado que está avançado e estamos com essa customização feita aqui em Rondônia com os... São oito programadores contratados pela Secretaria, que vão trabalhar exclusivamente no CAR, na manutenção do Sistema CAR. Acredito que nós avançamos muito.

Lembrando que o sistema sincroniza com Brasília e às vezes a sincronização demora. O analista chega a perder muitas horas somente aguardando a sincronização. E não dá para passar para outra análise porque é um sistema on-line. Você tem que seguir a etapa. Mas, nós estamos lutando ao máximo.

Acredito eu, que a gente também está comprando novos equipamentos, novos computadores, para ajudar. Mas, de qualquer forma é um sistema que é on-line, ele está travado e todo o Brasil tem o mesmo problema que é a sincronia com o sistema federal.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Secretário, nós estamos visualizando um sistema do nosso Governador Marcos Rocha,

que é de excelência, que é levar de uma ponta a outra do Estado um trabalho móvel em relação aos cursos técnicos e vários trabalhos dessa descentralização, através do Governo Itinerante, também.

E eu pergunto ao Secretário: nós precisamos hoje, diante dessa ineficiência, em relação, assim, não falo que é do senhor — de forma alguma —, mas a gente sabe que é um sistema que vem gradativamente sofrendo há vários anos em relação a essa situação da documentação. Pela sua análise, nós precisamos de mutirão para inscrição ou aprovação dessa documentação, para gente ter mais celeridade?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – A Sedam tem feito mutirões por regiões. Dessa questão do CAR, nós precisamos, acredito eu, à primeira vista aumentar a conversa com os produtores também, os técnicos. Estamos tentando e nós estamos avançando muito. O sistema não é simples. Se fosse simples vários Estados já teriam resolvido. É complexo.

Eu tive uma reclamação sistêmica que o técnico demorou quase sete horas para avaliar um CAR em razão do sistema que travou. E não adiantava, ele não conseguia passar para outro, não fazia nada. Ficou naquele. Então, é um problema sistêmico mesmo, uma das lentidões. Mas, nós estamos avançando, deputado, e vamos avançar muito na análise do CAR, que é uma ferramenta de gestão ambiental. Ela não é uma ferramenta fundiária. Ela é uma ferramenta de gestão ambiental. E o Estado está avançando muito nisso. Como também está avançando na questão fundiária, que é um problema do Estado de Rondônia.

Graças à Assembleia e ao nosso Governador, foi criado o Instituto Terras de Rondônia — a pedido do governo, mas com a aprovação desta Casa de Leis — e nós estamos avançando na questão fundiária que também é importante para resolver a questão ambiental.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tendo em vista as colocações que o senhor falou, até a questão de computadores e tal, até uma sugestão para a situação móvel mesmo, eu pergunto também da minha região específica mesmo. Está sendo feito um mutirão na minha região ali? Tem pelo menos um plano de ação, de qual período que seria para fazer esse mutirão em relação aos CARs? E o que nós, como Assembleia Legislativa, podemos fazer para auxiliar, para ter essa agilidade nessa prestação de serviço?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputada, eu não tenho de cabeça, Guajará, quando vai ser. Nós vamos tentar ir para todas as fases do Estado. A primeira que estávamos resolvendo era a questão de Cerejeiras, pois lá há um problema na bacia do rio Araras, uma seca um pouco grande naquela bacia e algumas ações civis públicas que o MP (Ministério Público) entrou. Então, nós estávamos resolvendo na região do rio Araras, até para usar como laboratório para outras regiões, para a gente corrigir, porque em um mutirão há pequenos problemas que a gente vê in loco. Na teoria

tudo é fácil de resolver; na prática a gente acaba vendo alguns problemas. E estamos usando a região do rio Araras como laboratório para avançarmos nessa questão.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Posteriormente, depois, se puder mandar por escrito, até mesmo direcionado para nossa reunião aqui ou para o meu gabinete, agradeceria, até para poder comunicar nossa comunidade local. Mas, qual é o plano de ação? Porque eu sei, a gente sabe que o CAR é um instrumento público, gratuito e que precisa de muita informação, porque uma coisa sou eu que sou advogada, que estou aqui no Parlamento e estou como deputada. Mas, outra coisa é quem está lá na ponta, quem é produtor, que não tem esse conhecimento e muitas vezes não tem nem internet na propriedade. Qual o procedimento de divulgação, plano de trabalho e de realmente informação que a Sedam está tomando para a gente poder melhorar essa situação para a comunidade do Estado de Rondônia?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputada, a comunicação é feita através do e-mail de quem faz o cadastro no CAR. Ele é obrigatório ser feito on-line. E é feita a resposta por ali, através dali a gente aguarda o retorno da parte técnica dos engenheiros privados. Geralmente, muitos são feitos por órgãos de governo como a Emater. E faz um retorno para a parte técnica do processo. É um processo, um procedimento que aguarda a manifestação da parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Acredito que o Secretário não conseguiu compreender. Talvez eu não fui clara no questionamento.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Desculpa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quando eu falo em publicidade, assim, quando alguém tem interesse em fazer o CAR, ela faz o registro, naturalmente ela vai receber um e-mail de confirmação. Eu estou falando para aquela pessoa que precisa e não sabe que é necessário esse serviço. Aquela pessoa que está lá na ponta, que ela não sabe a importância de ter o CAR na propriedade, que ela não sabe que através do CAR ela vai ter a desobstrução depois de todos os trâmites, que é um requisito para a área dela não estar embargada; que mesmo que ela tenha sanado qualquer irregularidade que supostamente possa ter, automaticamente, sem esse cadastro nacional, ela não vai ter a área dela liberada e ela vai continuar sendo bloqueada.

Eu estou falando para aquela pessoa que necessita e que não sabe qual é o plano de ação de publicidade e de informação que a Secretaria está fazendo para o Estado de Rondônia.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputada, podemos até pensar em um plano, porque geralmente o agricultor faz o cadastro. O SICAR (Siste-

ma Nacional de Cadastro Ambiental Rural) não é uma coisa nova, não é um sistema novo, ele já é antigo e os produtores têm, a maioria fez a declaração. O maior problema no CAR é quando há pendência, alguma questão técnica; e quando há o embargo na área ou qualquer outro embargo, a gente orienta que procure os órgãos auxiliares como Emater, Secretaria de Agricultura. Os municípios têm uma parceria muito grande. E a maioria dos produtores têm, sim, o CAR. Já foi um produto muito divulgado no Brasil, não é um produto novo.

A maioria tem o CAR e a grande dificuldade são algumas retificações e questões de reserva legal e APP, que é muito discutido, pois o produtor não quer perder sua área, uma área produtiva. Ele entende que não é para perder. E aí há algumas questões técnicas, mas tanto que o número de cadastro é muito alto em Rondônia, é baixo de aprovações, mas o cadastro é alto.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Aproveitando aqui, Secretário, eu vejo, assim, super importante o seu trabalho, vejo que os índices de Rondônia são importantes, mas nós precisamos ser referência a nível até internacional. Então, o que eu posso visualizar é que nós precisamos de um plano de ação realmente de publicidade da necessidade desse cadastro. Porque é gratuito e que as pessoas, muitas vezes, não sabem.

E, às vezes, até com trabalho de mídia, através da própria Secretaria, é uma sugestão que eu faço para os demais pares para que nós possamos fazer uma indicação coletiva para a Secretaria até ter um respaldo. Isso é uma situação do Parlamento, e até poder destinar recurso da própria Secretaria para fazer um trabalho realmente de mídia, de publicidade, de informação. Não para quem faz o cadastro, mas para quem necessita e nem sabe que é necessário.

E outra coisa a mais: que a gente possa, uma sugestão de requerimento, que a gente possa fazer um trabalho de planejamento, um plano de ação, Secretário, para mutirões de deslocamento in loco. Porque isso vai ajudar aquele produtor que está lá na ponta; aquele produtor que está lá na 29, lá em Nova Dimensão; aquele produtor que está ali, no reduto do meu amigo ali, do meu amigo Deputado Lucas, lá em Jacinópolis; para aquela pessoa que está ali na ponta, que ela possa saber dessa necessidade de tirar os esclarecimentos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputada, só uma coisinha.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Há um convênio muito bom da Sedam com a Emater; e a Emater — que é o extensionista, que é quem chega no produtor — tem feito esse trabalho de conversa. Tanto que foram comprados as caminhonetes, drones, notebooks, com convênios da Sedam com organismos nacionais e internacionais, e cedidos à Emater, que tem ido ao nosso produtor. É um exemplo nosso que o CAR

avançou muito em Rondônia — e não em outros Estados —, é essa parceria com a Emater, que só Rondônia que fez. Foi o primeiro Estado a fazer essa parceria direta. E a Emater é o órgão que vai ao produtor. Eu sempre brinco que a Sedam, quando chega, é até mal vista, porque geralmente vai em fiscalização. E a Emater não, ela vai como auxílio. Isso há anos, historicamente isso. Então, por essa razão, a gente fez o trabalho com a Emater e eles têm feito um trabalho muito grande de apoio ao produtor rural pequeno. Porque o grande, ele procura, ele tem as suas facilidades. O pequeno vem através de órgãos do Estado. E a Emater tem sido nossa grande parceira.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, a gente sabe que qualquer convênio é importante. Mas, eu também não posso deixar de ressaltar que, infelizmente, o quadro da Emater está desfalcado. Isso é uma realidade que todos nós encontramos aqui. Falei na Rondônia Rural Show, repito de novo: nós não temos o quantitativo de técnicos suficientes. Eu tive a tristeza de chegar ali na Emater, ali em Jaci-Paraná, e ver um técnico tendo que limpar o chão porque o serviço não é terceirizado e ele não tem ninguém para fazer. Ele tem que roçar ao redor do prédio, porque senão o prédio vai encher de mato, porque não tem o serviço terceirizado.

Então, assim, acho importante o convênio, mas até sei da dificuldade. Falta muito técnico, as pessoas reclamam, o produtor reclama, o técnico não sabe o que fazer porque ele quer atender, mas é tanta gente para ele atender que ele não consegue. Nós precisamos de um concurso, nós precisamos aumentar o quadro técnico. E sei da importância do convênio, mas sei que é mais uma obrigação para a Emater, que ela, infelizmente, pelo quantitativo de pessoas que tem lá, hoje é insuficiente para atender os produtores.

Tanto é que várias produções, as pessoas estão desistindo da área rural porque, muitas vezes, vai fazer lá um plantio, não tem a assistência técnica que precisa e acaba, infelizmente, gastando dinheiro, falindo, não tendo condições e acabando por aí. Mas, em relação a essa situação, eu gostaria de ver se os demais colegas para que a gente possa desenvolver um plano de trabalho em relação a chegar na ponta essa informação e, conseqüentemente, melhorar a publicidade em relação a essa situação do CAR, que eu acho que é super importante para todos os produtores rurais do nosso Estado de Rondônia.

E para não deixar o meu colega de parlamento mais aflito do que ele já está, o Deputado Pedro Fernandes — por causa que nós temos viagem daqui a pouquinho para Brasília —, para finalizar minha fala, Secretário, muito obrigada. Obrigada, de coração, pelo esclarecimento.

Queria ver se os meus colegas pudessem aprovar os dois Requerimentos, até para lhe dar base de remanejamento de valores para essa situação, que eu acho que é super importante para a nossa comunidade. E também quero saber o plano de ação, quando tiver, para a minha região de Guajará-Mirim, para que eu possa acompanhar o

Secretário e também falar para a nossa comunidade da importância desse trabalho.

E dizer para você que você vem fazendo um trabalho com muito cuidado, dentro da Secretaria, como o Deputado Alex Redano falou: não é uma coisa daqui, mas é uma coisa que vem de cima para baixo. Como advogado, nós sabemos que o que a gente não cumpre a gente é penalizado e podemos ir até para a cadeia por causa disso. E ninguém quer isso. A gente quer fazer o que é certo.

Então, passo o Requerimento para os demais colegas, para ver se eles possam aprovar, para que a gente possa pontuar essas duas situações. Passo para o senhor a palavra, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputada Taíssa. Parabéns pela dedicação ao tema.

Antes de passar a palavra aqui, só falar para vocês...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Questão de Ordem. Queria pedir para a Deputada Taíssa: vamos aprovar o Requerimento no final, depois que..., aí aprova todos. Pode ser? Anota direitinho para, no final, você faz e a gente faz uma aprovação só.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nós estamos ao vivo? Cadê o pessoal da técnica? Que eu estou recebendo aqui um monte de perguntas e comentários, e a gente não vai conseguir devido ao tempo. Mas, eu vou abrir exceção, um internauta mandou aqui... Ah, não pode? É, está certo. Vou me ater, depois eu passo pessoalmente, que eu achei uma pergunta muito interessante. Mas, vamos passar aqui para o próximo deputado. Passo a palavra aqui ao nobre Deputado Delegado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS – Obrigado, Presidente. Só registrar, Secretário, se o senhor puder talvez a melhor forma seja emendar um dos Requerimentos da Deputada Dr^a Taíssa, pedindo que se acrescente do plano de ação de Guajará também a região de Buritis, para que eu possa receber essa informação também da minha área. Positivo, Secretário?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Positivo.

O SR. DELEGADO LUCAS - E aí eu tenho algumas perguntas aqui para Vossa Excelência e talvez algumas delas nem se direcionem à pasta do senhor. Se eu estiver equivocado aqui no seu direcionamento, peço desculpas.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Tranquilo. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas talvez, não sei se... o Iteron (Instituto de Terras de Rondônia) foi criado, a passos ainda embrionários, e a Sepat (Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária) também

talvez seja a pasta apropriada.

A minha pergunta, e até peço desculpas, mais uma vez, caso pegue o senhor desprevenido: se há uma informação quanto ao percentual de propriedades em Rondônia que não tenham documento?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Não tenho essa informação, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Nós precisamos ter um conhecimento, em dados, de qual é essa parcela, Deputado Pedro, de quantas propriedades rurais de Rondônia, elas representam, Doutor Doca; quantos por cento do total das propriedades rurais que nós temos hoje, cadastradas ou não, quantos por cento delas ainda precisam da regularização, seja em área de reserva ou não, áreas passíveis de regularização ou não.

Essa pergunta é muito pertinente para que a gente possa avançar do ponto de vista de ter os dados mesmo, para a gente saber qual é a real proporção do problema em Rondônia, da falta de documentação, de titularização.

A segunda pergunta decorre dela. Aí eu não sei, talvez essa seja uma pergunta que será direcionada futuramente ao Iteron, mas atualmente à Sepat ou à Sedam, ou a ambas. A segunda pergunta seria praticamente a mesma: desse percentual de propriedades que não têm documento: quantos por cento delas estariam dentro das reservas? Para que nós tenhamos a noção, afinal de contas nós estamos aqui falando de forma empírica e nós temos que ser técnicos.

Então, 50% das propriedades rurais de Rondônia não têm documento? 70%? 80%? 10%? E quantos por cento das propriedades rurais de Rondônia, com ou sem documentos, estão dentro — com certeza, sem documento — de reservas? Então, que montante é esse? Para que nós tenhamos noção do real problema que se avizinha, do tamanho. A Deputada Dr^a Taíssa falou aqui, mais cedo, do rastreamento.

A nossa economia hoje que se baseia muito em produção de gado, em pecuária. Quantos por cento desse gado está sendo produzido em área que não tem documento, dentro de reserva e aí sendo feita alguma saída ilegal, muitas vezes, para que possa ser produzido? Nós temos que saber porque, a depender do tamanho desse montante, o prejuízo, no futuro, pode ser muito maior para o Estado de Rondônia.

Então, essas duas perguntas acredito que vão ter que ser encaminhadas por Requerimento, não é, Secretário?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputado, eu não tenho ideia de quantos. Essa questão fundiária eu não me atentei a ela até hoje, mesmo. Eu sei que existem...

Vamos lá. Reservas: cada uma tem a sua história. Eu sempre brinco que a gente não pode nunca confundir a história de cada reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS - Devem ser tratadas indivi-

dualmente.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Individualmente. Existem reservas que não havia pessoas dentro. Elas foram criadas e ficaram intactas por muitos anos, e aí depois houve invasões. E existem outras que eu digo que a reserva invadiu a área privada, como é o caso do Soldado da Borracha, que é um dos exemplos em que havia pessoas com escritura pública de terras e que a reserva foi criada. Pode criar uma reserva em área escriturada? Pode. A lei não proíbe. Existem regras de indenização, mas pode-se criar. Não estou dizendo que eu concordo ou discordo, eu só estou dizendo “pode-se criar”.

Existem algumas reservas que invadiram áreas em que havia pessoas dentro. No caso do Soldado da Borracha, não se permitia a criação de gado, lá permitia-se somente extrativismo, na época, pelo Plano de Gestão Estadual.

Mas, eu tenho que ver, levantar esses dados melhor, refinar melhor. Lembrando que as 11 reservas foram criadas há muito pouco tempo, que inclusive é o tema da discussão desta CPI, desta Comissão.

Mas, eu não tenho agora os dados de quantas terras existem dentro, até porque também temos outro problema: muitas vezes, a pessoa entra na área e ela passa para outro depois, que funde. Ela desiste da invasão por algum problema, é multada, ou tem alguma coisa, desiste e o outro assume o local e acaba mudando muito essa quantidade de donos, vamos dizer assim.

Mas, eu posso, dentro de áreas de reserva, eu posso procurar tentar levantar. Lembrando, são informais. Não existe uma formalidade na terra, porque boa parte delas são totalmente ilegais.

O SR. DELEGADO LUCAS – Sim, obrigado. Acho que devemos avançar no sentido de construir uma base de dados nesse sentido.

Caminhando aqui para o encerramento das minhas perguntas, Secretário. Eu gostaria de saber do Senhor Secretário, se há uma estimativa do custo do reflorestamento de áreas degradadas, caso o Estado venha a ser onerado com essa prática, por hectare ou por alqueire. Eu ouvi dizer já entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil por hectare e já ouvi dizer R\$ 33 mil também.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Varia da área, deputado. Se é uma área com criação de gado próxima, eu tenho que fazer o isolamento dessa área com cerca. E aí tem um custo mais elevado. Se não, é meramente deixar a natureza agir por si é um preço, se eu preciso fazer um reflorestamento ativo com plantação de mudas e tudo mais tem outro preço. Imagina em torno de R\$ 25 mil por hectare.

O SR. DELEGADO LUCAS – E a última pergunta é se, atualmente, há no Estado de Rondônia alguma região, alguma área que, de fato, há um programa de reflorestamento por parte da Sedam. Se já está sendo

feito em algum lugar do Estado de Rondônia, seja ativo ou não. Nesse sentido.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom, vamos lá. Temos, sim. Nós fomos condenados há um tempo a reforçar uma Rebio (Reserva Biológica) federal, condenados pela Justiça, determinado. Estamos fazendo o plano de recuperação da área degradada para reflorestar. Inclusive, nessa sentença determina que o Estado entre contra o ex-governador acusando-o por discurso, causar o desmatamento da área. Isso vai ser discutido pelo próprio governador na Justiça, mas é o Estado que foi condenado nós estamos levantando. Nós temos muita recuperação em área privada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu não acompanhei. Qual a área?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - É a Rebio do Jaru.

Fomos condenados e estamos fazendo já o plano para o reflorestamento dessa área, cercamento e tudo mais. Quem vai determinar qual é a forma são os engenheiros, óbvio. Nós temos um programa de reflorestamento em reservas legais do Estado, de forma ativa. Vamos tentar a missão de 500 hectares.

Estive no Acre há poucos dias vendo como eles estão fazendo um SAF - Sistema Agroflorestal, que em um período, um longo período até, ele planta algumas culturas perenes na reserva legal, os pequenos, só pode ser pequeno produtor. Ele planta junto com floresta. Enquanto a floresta vai crescendo ele vai produzindo café, banana. Nós temos um exemplo muito bem sucedido em Extrema, que trabalha com cacau e cupuaçu.

E eu fui verificar lá, porque o Acre é um dos Estados que tem um grande sistema de SAF, muito bem sucedido e uma comunicação muito boa com o pequeno produtor. Eu fui ver como foi feito na prática. Como levar esses cursos ao pequeno produtor, como é feito o SAF. Fiquei muito feliz com o que vi. Não dá exatamente para copiar o sistema acreano para Rondônia, porque são Estados diferentes com economias diferentes. Fui eu e técnicos, óbvio, eu não fui sozinho, fui com meus técnicos engenheiros agrônomos que verificaram e nós estamos já avançando nisso, inclusive, para a questão de recuperação de reserva legal ilustradas aqui em Rondônia, o SAF é uma saída muito boa. Ele permite um manejo muito bom da área, com uma economia.

E como a gente sabe muito bem aqui das principais culturas que nós temos, um SAF aqui em Rondônia vai ser, com certeza, cacau, cupuaçu e café. Que são produtos que já estão inseridos na nossa economia, isso ajuda muito. Também a banana e entre outros.

Mas, nós temos a missão de recuperar 500 hectares. E nós temos várias áreas e vamos ter que fazer o plano de recuperação das áreas dos parques que foram invadidos e que a Justiça já determinou a reintegração. Esse contexto terá que ser feito.

O SR. DELEGADO LUCAS – É muito importante que seja

disseminado que o reflorestamento, a recuperação das áreas degradadas não inviabiliza a atividade econômica.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Não. Não mesmo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Exatamente. Há no imaginário popular a ideia de que economicamente seria inviabilizar a propriedade. Enquanto que a produção do café, do cupuaçu, da banana, etc., configura reflorestamento, ao mesmo tempo em que produz uma atividade econômica à propriedade.

E eu tenho uma curiosidade. Talvez se os demais colegas concordarem, de quanto custaria, essas perguntas são para encaminhar para esse sentido. A CPI trata sobre criação das 11 reservas. Das quais acredito que todas elas já estão antropizadas em diferentes graus e medidas. Umas mais, outras menos. Se há alguma estimativa de quanto custaria para o Estado a recuperação de toda essa área degradada das 11 reservas que foram criadas. Qual seria o custo?

É claro que eu acredito que não há um estudo pronto, porque o próprio estudo é caro. E muito mais caro será, naturalmente, essa recuperação — que é uma recuperação que eu acredito e sonho com isso —, que pode ser atribuída ao atual ocupante da área. Porque, pela nossa região de Buritis, eu tenho plena certeza em afirmar, que há toda a intenção de que o produtor caminhe para o desmatamento zero, para a poluição zero, para a queimada zero e para a recuperação de áreas degradadas; seja ela com a viabilidade econômica ou não, conforme foi orientado pelo Estado, arcando o particular com o alto custo desse reflorestamento, que é de difícil administração por parte do Estado.

Imagine, se o Estado tiver que arcar com os custos de um reflorestamento de todas essas áreas que nós não sabemos nem qual é esse percentual no Estado inteiro, de áreas que estão dentro de reservas? Talvez a gente não tenha caixa para tanto, mas o proprietário, eu tenho certeza, estará disposto.

E só o que ele quer é ter dignidade para continuar na sua propriedade, seguindo as diretrizes da Sedam, do Estado, dos órgãos de controle, para que ele possa produzir de forma sustentável, se adequando à lei e podendo ter os seus direitos e seu sustento garantido.

Obrigado, Secretário. Eu estou muito satisfeito com suas respostas.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Eu vou fazer alguns comentários sobre recuperação.

Eu estive em uma área de recuperação ativa, feita pela Rio Terra. É uma ONG que tem aqui, de Rondônia, inclusive com filial em Berlim, na Alemanha. Importantíssima. E a gente viu que não é fácil, a recuperação. Ela começou bem e deu uma travada porque há espécies invasoras, matos e pragas, que atrapalham. Então, a recuperação de cada área depende de um estudo que o engenheiro vai fazer da área, ela é delicada. Isso no público, no caso das áreas de reserva, as grandes áreas.

As privadas, nós estamos estudando formas que o nosso produtor tem.

Não é só reflorestar, é como fazer. Isso demanda tecnologia, estudos. E o que nós fizemos? Eu fui ao Acre verificar, já determinei à minha equipe que verifique as melhores formas de fazer o SAF (Sistema Agroflorestal), para que nós possamos dar essa assistência ao pequeno produtor. O grande, ele faz por conta. Nós precisamos ajudar o pequeno e o médio produtor. O médio também é importante, porque o médio, ele também reclama, que não é grande suficiente para fazer por conta e nem entra em plano de governo; mas nós vamos auxiliar, sim, no que pudermos e esse custo, uma parte, o Estado vai ter que arcar.

No caso das reservas, meramente isolar. Se ninguém trabalha a área, a natureza toma, ela dá um jeito de recuperar. Ela se recupera. No máximo, a gente vai precisar auxiliar jogando semente. Ela vai se recuperar.

Agora, nas áreas privadas têm um problema, porque não pode ter entrada de animais, que cessa a regeneração. E nisso vai ter que ter o isolamento, mas nós temos que dar uma alternativa ao produtor. O produtor rural — isto é a visão do Governo Marcos Rocha, é a minha visão, e, com certeza, de todos os deputados — produtor rural não é bandido, não; é trabalhador. Nós temos que respeitar esse povo, respeitar e muito. Respeitar o trabalhador, respeitar a lei e, “como fazemos isso?” é que é um jogo difícil, mas nós vamos lutar ao máximo para fazer. Foi a ordem do meu Governador e a minha forma de pensar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Satisfeito? Passo a palavra para o nosso nobre deputado, que também é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Bem, Secretário, eu sei que o senhor herdou essa herança, o Governador Marcos Rocha também, porque Rondônia é um Estado novo de 40 e poucos anos e eu também vim para cá e sou novo também, tenho mais ou menos a idade do Estado de Rondônia. Então, a gente vem acompanhando todo esse decorrer e vamos nos ater à questão da nossa CPI, que são as reservas.

Secretário, quanto o senhor conhece do teor, do que consta dentro dos processos administrativos que deram origem à criação dessas 11 unidades de conservação, em 2018?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputado, vou ser bem real. Conheço pouco, pois, quando cheguei na Secretaria já eram criados, já tinham sido judicializados e julgados pelo Judiciário. Em razão disso e do volume de trabalho que a Sedam tem, que é enorme, eu me ative menos a elas, pois, é uma questão que foi judicializada e fui procurar estudar e tentar resolver o que eu ainda podia resolver mais rápido: que é o caso do CAR, que é tentar alternativas à recuperação das áreas privadas que não estavam sendo discutidas.

Essa eu deixei para um momento posterior de estudo, em razão de que, nesse momento, se eu gastar energia com tudo, eu não faço nada. Eu procurei áreas que eu tinha como mudar alguma coisa, e, foi inclusive na minha gestão, sob determinação minha, uma ideia dos meus coordenadores e meus servidores, valorosos servidores da Sedam, que nós conseguimos um trabalho na Comunidade Rio Cautário de venda do pirarucu. Conseguiram, estamos tirando o peixe da água, que é uma praga para a região, e gerando uma economia para comunidades tão necessitadas. E aí me ataquei nessas questões e deixei realmente o processo de lado, pois tinha sido judicializado e pouco eu podia mexer naquele momento até a finalização dos recursos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Como o senhor teve a cortesia de atender a um convite desta Comissão aqui junto com o nosso Presidente, o Deputado Alex Redano, e nossa Deputada Dr^a Taíssa, eu vou fazer alguns questionamentos. E se o senhor quiser anotar e responder depois por escrito, com calma, porque como o senhor mesmo diz, eu sei que o trabalho da Secretaria tem um volume de demandas, são projetos de manejo, são licenciamentos, demandas, é uma demanda infinita, não é? A questão, a gente sabe que o senhor vem com uma visão proativa, pensando no desenvolvimento do Estado de Rondônia, como nosso governador tem pontuado, e pensado nas pessoas que estão lá e nessas áreas, nessas propriedades.

Secretário, é fato já comprovado, sem margem de dúvidas, que inúmeras foram as irregularidades cometidas no processo de criação dessas unidades. Tanto é que o próprio Governo do Estado, no caso da criação da estação ecológica, declarou nulo para todos efeitos o Decreto 22.690, de 20 de março de 2018, por meio do Decreto 27.565, de 28 de outubro de 2022. É um questionamento. Também sabemos que esse Decreto tem liminar suspendendo seus efeitos até que se julgue o mérito.

Diante desse cenário, eu pergunto ao Secretário da Sedam, o que tem feito evidentemente por meio da sua procuradoria jurídica para elucidar o Ministério Público e o próprio Tribunal dos vícios insanáveis? Tem algum questionamento?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – No caso do Soldado da Borracha, foi um caso que a gente se ateve um pouco mais. Como eu falei, não estudei as 11 reservas, mas o Soldado da Borracha a gente se atentou um pouco mais por uma questão de que eles procuraram muito a gente. A gente foi atrás, porém o Judiciário, eu entendo pessoalmente que foi ilegal a forma que foi feita a criação. Houve ilegalidade; que deveria ser anulado. Porém, o Judiciário suspendeu a nulidade feita pelo Governador e agora nós dependemos da finalização dessa questão.

Sempre estamos dispostos, a Secretaria, através dos seus técnicos, da nossa Procuradoria e desse Secretário, a qualquer pessoa explicar a situação e passar as informações necessárias. Entendo eu ser nulo o ato de

criação por questões formais legislativas. Eu entendo que foi acertada a decisão do Governador de decretar nulidade, porém o judiciário já se manifestou e cabe a nós cumprirmos a decisão judicial.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Correto. Secretário, de todos os vícios existentes elencados no Decreto 27.565/2022, que evidentemente se aplicam a todos os demais decretos, existe um que é matéria de ordem pública. Um que o senhor, como jurista que é e sabe, que ainda o Direito privilegie o meio ambiente, não há como ser superado que é de fato do instrumento normativo que criou essas unidades, criando obrigações, direitos e deveres, nunca ter sido publicado, pois comprovadamente os Decretos publicados não tinham a necessária assinatura do governador na época.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – É, o Decreto foi publicado sem a assinatura do governador. Foi assinado dias após. É o entendimento nosso também. Porém essa matéria, infelizmente ou felizmente, está judicializada, o Judiciário vai decidir, não é? Eu também não concordo com o regime jurídico que foi escolhido para o Soldado da Borracha. Não há dúvidas que ali é um corredor ecológico. Não há dúvidas quanto a isso. Agora, a extensão da reserva e o regime jurídico em que ela foi inserida, uma estação ecológica, o regime jurídico mais restritivo que existe. Ele só permite a entrada de pesquisador previamente autorizado. Mais nada do que isso. Eu entendo, entendo eu que não havia necessidade de ser um regime tão restrito.

Nós temos outros regimes que permitem inclusive a exploração sustentável, como é o caso de fazer uma floresta estadual lá. E aí você tem a exploração de manejo florestal sustentável, que eu pessoalmente acho importantíssimo para o Estado ter esses manejos. Não ataca o meio ambiente, gera economia, pois tira a madeira para as cidades, onde vai industrializar e transformar em produtos dos mais diversos níveis, de forma sustentável, em que a ciência da engenharia florestal já provou ser correto. Mas, infelizmente, foi criado como estação ecológica e nós aguardamos agora o desfecho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muitas pessoas, às vezes, discordam da instalação dessa CPI. Mas, existem muitas dúvidas desse ordenamento jurídico que foi imposto, porque não... Muitas vezes decide o contexto, não decide o mérito da matéria e nós vamos... Essa CPI é para isso, para a gente discutir, realmente, quais os critérios foram usados, como foi... Então isso aqui é muito sério.

E nós vamos aprofundar nesse debate porque diante disso, ainda que esses instrumentos jurídicos não existam, que não exista no mundo jurídico algumas coisas que foram feitas, que a gente... Eu, que sou leigo, quando eu vi um pouco o processo da criação, eu percebi ali coisas que... eu que sou leigo. Então eu peço, assim, ninguém está aqui afrontando nenhum órgão de controle, nem o Tribunal de Justiça, mas é de deixar a

gente confuso. E a justiça tem que fazer justiça, trazer às claras.

O órgão ambiental está a notificar as pessoas moradores — na sua maioria, há mais de 20 anos — com títulos expedidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), áreas escrituradas. A gente tem que deixar bem falado aqui que o Estado simplesmente invade, sem a regular desapropriação, indenização. Mais grave ainda, um ato normativo nunca publicado. Não seria caso de a Sedam sentar com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com os órgãos de controle? E propor, além de aclarar essa situação, estabelecer um prazo para que se entabule um ajustamento de conduta?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputado, essa questão das notificações, o MP (Ministério Público) de Contas logo após o julgamento de inconstitucionalidade dos Decretos que revogaram a criação das 11 reservas, a Sedam foi intimada para que explicasse o plano de ação quanto às reservas novas criadas. E que o primeiro passo foi notificar as pessoas, até para a gente identificar e notificar, que eles estejam cientes que a área deles está em uma reserva criada. Até para que eles possam até procurar o Judiciário, ele tem que ser intimado.

Então, um ato que eu determinei foi que intimasse as pessoas para que a gente possa começar essa discussão. Não determinei a saída de ninguém, no momento. Não foi, não é o momento. Mas, eu precisava notificar para que elas tivessem ciência de que ali agora passou a ser uma estação ecológica ou uma outra reserva. Mas, eu acho que o caso que Vossa Excelência está falando é o caso da Estação Ecológica Umirizal. Na região, salvo engano, ali do Abunã.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Isso.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Perfeito. Eu determinei a intimação. Não foi retirado de ninguém, mas a intimação sou obrigado, visto que ali, pelo Judiciário, foi reconhecido como uma Estação Ecológica. Não cabe a mim discutir a criação dela mais, e, sim, tomar as medidas administrativas. Eu comecei pela intimação das pessoas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o senhor está cumprindo uma determinação do Tribunal de Justiça, não é? É isso?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - É, a partir do momento que ele cria a Estação, que ele determina que foi criada a Estação Ecológica, cabe a mim gerir essa Estação Ecológica, nos termos dos Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. E a Estação Ecológica não permite...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – É o Tribunal de Contas que recomendou?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – O Ministério Público de Contas.

O SR. PEDRO FERNANDES – O Ministério Público de Contas com a recomendação, passo-a-passo, não é?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Recomendação, mas está correto, porque do momento em que eu não posso...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É só para a gente, aqui na nossa CPI, a gente saber o procedimento. E ninguém está aqui... Esse questionamento é para a gente alimentar aqui o nosso relatório. Eu tenho uma obrigação, como relator dessa Comissão, em dar uma resposta para a população. Então, quero que o senhor...

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Eu também fui intimado... Não, não, desculpa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É bem tranquilo sobre esses questionamentos, porque isso aqui a gente tem que buscar essas informações.

Secretário, posterior a essas notificações, só porque a gente precisa também ter um norte de como é o procedimento. Qual e quando será o próximo passo para a retirada das pessoas, benfeitorias e animais dessas áreas? Tem já uma programação? Existe uma previsão?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Ah, no momento, não tenho aqui de cabeça. Há um plano, um das 11 reservas, de gestão delas. Mas, no momento, não tem data, ainda não para a retirada das pessoas, não. Até porque eu aguardo até, e peço que as pessoas judicializem, porque, para mim, fica muito confortável quando o Judiciário se manifesta na questão. E uma coisa é o grande, as associações maiores, questionarem, há próprio questionamento da lei junto ao Tribunal de Justiça direto. A outra é o questionamento do pequeno junto ao Judiciário. Tem outra questão. E é um direito do proprietário da área, que ele reivindique a indenização. E isso passa a contar a partir do momento da intimação, era um ato necessário. E eu peço que as pessoas defendam o seu direito. Eu nunca vou ser contra o direito de defesa. E um dos atos para a defesa é a intimação.

Eu fico com o coração na mão de ter que intimar pequenas pessoas. Não é a minha vontade. Porém, se eu não fizer, eu incorrerei em improbidade administrativa e levo até o meu chefe, o governador, ao mesmo problema. E eu sou pago para trabalhar e não permitir isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso é uma oportunidade, Secretário, de as pessoas entenderem esse processo. Porque o Executivo — eu fui prefeito —, e eu sei que quem é gestor, se ele for omissivo, não cumprir com as determinações, ele também responde por isso. É igual quando você quer questionar um talão de energia. Primeiro, você tem que pagar o talão, para de-

pois entrar na justiça. Se você comprovar, eles devolvem o dinheiro. Então, a legislação é mais ou menos assim. E a gente vê que o Estado também tem interesse de resolver essa questão dessas reservas. E essa CPI aqui foi criada, Deputado Alex, com esse intuito, de a gente solucionar esse problema.

Esse, na verdade, é o último cartucho que nós temos. E nós temos que aproveitar bem, trazer os órgãos de controle para a gente conversar. Eu sei que tem pessoas com a ideia formada, mas nós não podemos pensar, temos que pensar os dois lados da moeda. Temos que fazer justiça para muitas pessoas que estão sofrendo em depressão, em situação de desespero. E eles ainda não fizeram nenhum tipo de coisa, porque eles ainda têm uma esperança. E essas pessoas é que sustentam este nosso Estado, este nosso país, trabalhando.

Existem pessoas de má-fé no meio? Existem. Em todo lugar tem. Em todos os locais têm pessoas de má-fé. Mas, tem pessoas de boa-fé, pessoas que trabalharam, que tudo que elas adquiriram está dentro dessas propriedades. Por isso, nos motivou a dar uma resposta. E no final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a gente quer trazer uma resposta e ajudar o Governo do Estado a sair dessa situação que foi criada aqui no Estado de Rondônia para a gente ver, realmente, saber o fundamento da criação dessas áreas.

A Sedam — o Estado — tem algum projeto de indenização para as pessoas dessas localidades, ou pelo menos um local apropriado para abrigar essas famílias?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – No momento, a questão de indenização vai ter que ser vista a futuro, porque os valores vão ficar altos. Não são baixos.

Local hoje para alocar, não. Não temos. Quando há uma determinação judicial de desintrusão de uma área, nós procuramos a Secretaria de Assistência Social e a todos vocês aí que vão ser envolvidos para como lidar com aquela situação. Não é uma questão simples, mas não temos hoje um local para colocá-las, até porque são muitas áreas, e é complicado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, o problema não é só das pessoas proprietárias dessas áreas, é um problema de Estado, é um problema nosso aqui da Assembleia Legislativa, é um problema de governo.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Na criação das reservas, deveria ter a alocação do recurso. Não teve. E aí é um problema que vai remontando para frente. Vai ter que ter.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não teve previsão orçamentária, não teve estudos, porque eu moro em uma região, lá em Cujubim, que o prefeito...

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Houve alguns estudos. Com certeza, não foram os que deveriam, mas alguns houve.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É empírico. O estudo que eu observei um pouquinho dentro, é muito empírico. Eles não têm, não trazem a realidade. Não foi pesquisado e feito a fundo. Quem fez, eu não sei qual o intuito... Muitas vezes, eu não culpo o gestor, como eu sempre falei, porque nós, igual o senhor, que é Secretário: o governador confia no senhor. Os seus técnicos, o senhor confia neles. De repente, vem com alguma coisa embutida e, quando vê, cria uma situação dessa que a gente fica... Vamos achar a saída.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Vamos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nesse mundo, nós temos que buscar solução para o problema. O problema já está posto. O que eu peço é para que esse pensamento radical, puxando só para um lado, ele não pode. Nós temos que ouvir os dois lados e sermos justos nessa situação. E essa CPI tem que fazer esse encaminhamento. Uma pergunta sobre o georreferenciamento, o termo de cooperação que foi pactuado entre o Governo de Estado e o Exército Brasileiro, que eu estive lá presente no dia, foi um momento... que vai se fazer o georreferenciamento de todas as reservas do Estado de Rondônia. Essas 11 reservas estão incluídas nesse projeto?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Estão sim, estão sim. O georreferenciamento está incluído, sim. É normal, é até obrigatório georreferenciar as áreas de Rondônia. Então, não tem... O georreferenciamento não significa que ele vai criar ou deixar de criar alguma coisa. É somente questão de mapa mesmo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu fico satisfeito desse georreferenciamento contemplar, porque nós vamos conhecer realmente a demarcação das áreas com precisão. Porque, hoje, nós temos algumas áreas, Deputado Alex, que ninguém sabe se está dentro da reserva, se não está. Estive lá no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), eu e o Deputado Delegado Lucas junto com o Deputado Thiago, que nos acompanhou, o Deputado Federal, e a gente via que nem o próprio governo federal tem a informação da delimitação das reservas que tem dentro do Estado de Rondônia.

Temos também questões, que não são pertinentes aqui, que são áreas onde foi criada reserva, e pertence, e vai ordenar isso aí. Então, esse georreferenciamento, o senhor tem uma previsão para quando finaliza esse trabalho, do georreferenciamento?

MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Não. Não tenho de cabeça aqui. Nós estamos ainda montando junto com o Exército, o plano de trabalho, que vai dar os custos reais e quais os produtos nós precisamos ter. Imagens de satélite, equipamento em si, isso está sendo feito junto ao setor de geografia do Exército, que

é a parte técnica que vai dizer o que precisa. Mas, para esse mês que vem, salvo engano, a gente já termina o plano de trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Porque seria importante, antes do fim dessa CPI, a gente receber, não é, Doca? A gente receber esse referenciamento das 11 reservas.

Então, vamos para o encaminhamento. Passar ao Presidente, meus questionamentos são esses. A gente sabe que o tempo aqui é muito rápido. A gente entendeu que não tem um estudo ainda aprofundado na questão dessas 11 reservas, que o senhor não teve esse tempo, algum pontual. Então, a gente vai tratando no decorrer da Comissão e eu acredito que o senhor vai ser convidado novamente em outro tempo para a gente ir elucidando com mais tranquilidade, essas questões. Vou passar a palavra agora ao nosso Presidente para o encaminhamento dos Requerimentos, para finalizar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui parabenizar o Deputado Pedro, fez a lição de casa, veio preparadíssimo. Quero agradecer mais uma vez ao secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS – Um aparte, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Só quero endossar o registro, eu até me levantei aqui para poder acompanhar mais de perto ali, com mais atenção. Parabéns Deputado Pedro, pela sua colaboração com essa CPI e tenho muito orgulho do trabalho que você tem desempenhado a frente à Comissão do Meio Ambiente aqui desta Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu quero falar para vocês que essa pauta é a principal pauta. Nós temos todo o tempo do mundo. Hoje, de uma maneira atípica, nós temos essa reunião em Brasília, que é a pauta ambiental também, que é sobre os embargos e alguns parlamentares tem o voo agora na hora do almoço, a Deputada Dr^a Taíssa, eu também. Por isso, hoje, de uma maneira diferente, nós demos uma celeridade um pouco maior. Eu ia até passar para o Deputado Delegado Lucas presidir, mas nós precisamos do quórum para aprovar. Então, eu vou propor nós já fazermos as votações agora, dos Requerimentos. Eu vou colocar, e aprovo os três em seguida.

Então, Requerimento do Deputado Pedro, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Requerimento de documentos. Expedição de Recomendação Legislativa nos termos do Art. 28 B – eu requeiro aqui que o pessoal da nossa assessoria jurídica faça esse encaminhamento -, devidamente fundamentado e aparelhado nos anexos constantes dos autos instrumentalizados nessa Comissão, consignando que recomende ao Governo do Estado e Sedam que suspenda todos os atos de desocupação de pessoas já ocupantes das áreas antes da criação das

unidades sob investigação, até a conclusão dos trabalhos dessa Comissão.

Recomenda ainda ao órgão ambiental que dê continuidade ao andamento dos processos de manejo florestal com processos administrativos já em curso nessas áreas, considerando que sua exploração é atividade legal sustentável, inclusive permitida em áreas de preservações ambientais, por conseguinte garantindo a preservação ambiental. E também, a estrada que dá acesso aos projetos de manejo que estão em outra área, que passa por essas áreas, a gente pede esse encaminhamento.

Reiterar solicitação de encaminhamento dos sete processos administrativos de criação das unidades de conservação já requeridos anteriormente. Reiterar, fazer um Requerimento reiterando cópia desses processos.

Cópia do processo administrativo da contratação dos serviços de georreferenciamento para regularização fundiária pelo então Programa Terra Legal. Fazer um Requerimento dessas áreas onde o Terra Legal atuou.

Requerer também cópia do montante de recursos em espécie e os bens recebidos do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) para o Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) no Estado de Rondônia e sua respectiva aplicação, enumerando prestadores de serviços, objeto e valores de contratos.

Também vou fazer o Requerimento para aprovar aqui a nossa Comissão a prorrogação por mais 30 dias dessa nossa CPI, pois eu acredito que vai ser necessário. Como ela vence no dia 4, a gente já está solicitando esse Requerimento para prorrogar por mais 30 dias.

Esses são os meus Requerimentos e peço o apoio dos nobres parlamentares.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Para ficar fresco na mente aqui, vamos aprovar, mas não vamos aprovar em blocos; vamos aprovar de maneira individual. Coloco em apreciação aqui os Requerimentos feitos neste momento pelo Deputado Pedro Fernandes, Relator. Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu voto a favor da recomendação, da reiteração dos pedidos, a recomendação da suspensão, a reintegração dos processos administrativos, do pedido de georreferenciamento, dos montantes de recursos que foram do Programa Arpa, e a prorrogação por mais 30 dias.

Ficou algum faltando, Senhor Relator? Então, voto favorável a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Muito obrigado. Deputada Dr^a Taíssa, como vota?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim". Quero parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, um deputado super preparado, que trouxe pautas extremamente importantes. Obrigada, Deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu também voto "sim".

E, mais uma vez, enaltecer a dedicação a competên-

cia do Deputado Pedro Fernandes, que preside também a nossa Comissão de Meio Ambiente. Caiu como uma luva, esse cargo de presidente da Comissão de Meio Ambiente. Você conhece de perto a realidade, vive essa realidade, é de uma região também afetada, e está se dedicando muito, está fazendo a diferença nesse parlamento. Parabéns.

E voto "sim". Ficam aprovados todos os Requerimentos do Deputado Pedro Fernandes.

Há outro deputado que gostaria de apresentar Requerimentos? Deputada Dr^a Taíssa, com a palavra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Requeiro, da Sedam, um plano de ação para os mutirões para os registros dos CARs na região Madeira Mamoré, na região de Buritis; na região — não sei se o Deputado Pedro Fernandes tem interesse, deputado, na sua região também um mutirão para o CAR? — no Vale do Anari, não é?

E, há mais alguma região para a gente colocar no Requerimento?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Não... Vamos...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Madeira Mamoré, região lá de Buritis e a região do Vale do Anari, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Isso, Vale do Anari.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Esse é o primeiro Requerimento. O outro Requerimento é sobre o plano de ação para informação dos produtores rurais de forma ampla, dentro do Estado de Rondônia, sobre o registro do CAR, bem como, por escrito, a questão do detalhamento em relação às áreas em análise; e em que, nós, como parlamentares, podemos colaborar para essa situação em relação a esse plano de análise.

Aproveitando aqui, também para requerer da Sedam, solicitação do IBGE em relação a equipamentos cartográficos para verificar as delimitações e os treinamentos; verificar o que eles têm e se pode fazer uma parceria com a Sedam para fazer a melhor prestação de serviço. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação, os Requerimentos da Deputada Dr^a Taíssa. Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim". Parabéns, Deputada Dr^a Taíssa. Estamos muito felizes de você estar participando aqui, junto conosco, da Comissão Parlamentar de Inquérito. E teve uma mudança no Regimento Interno para que a Deputada Dr^a Taíssa

pudesse participar. Então, isso é muito bacana. Eu já vi muitas Comissões aqui, em que a gente tem que ficar ligando, convidando o deputado para participar. E a Deputada Dr^a Taíssa, realmente, tem um interesse enorme no tema, está se dedicando. Então, nós agradecemos por você estar conosco, está bem, minha amiga?

Ficam aprovados os Requerimentos.

Deputado Delegado Lucas, tem algum Requerimento?

O SR. DELEGADO LUCAS – Sim. Requerimento solicitando da Sedam informações sobre qual o percentual de propriedades do Estado de Rondônia sem documentação? E, qual o percentual das propriedades em Rondônia que se encontram em áreas de reserva?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação. Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputada Dr^a Taíssa, como vota?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com certeza, voto "sim". Parabéns pelo questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Voto "sim", também. E, como falei dos demais companheiros, não poderia deixar de falar também do Deputado Delegado Lucas. É um prazer estar junto contigo nessa Comissão. Parabéns pela dedicação, pela competência. Vai deixar um grande legado no Estado de Rondônia. Estamos juntos, meus amigos. E fica aprovado.

SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes de encerrar, passo para o Doutor Doca fazer um esclarecimento técnico.

SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Dos Requerimentos que nós fizemos de documentos dos processos de criação das 11 unidades de conservação, restaram sete a serem encaminhadas. Eu conversei agora há pouco aqui ao lado com o Secretário, o Secretário Doutor Marco. O documento foi encaminhado. Foi aprovado o Requerimento reiterando esse pedido. Ele se comprometeu em conversar com seus técnicos e nos encaminhar. Encaminhado esse documento, eu vou fazer rapidinho uma síntese dos próximos passos da CPI para que possamos compreender como será o andamento. Aguardando os processos, chegando esses processos, nós vamos fazer um trabalho de auditoria nos processos. E daí, deputado, os deputados componentes da CPI e os deputados, ou outros parlamentares que queiram encaminhar seus assessores para acompanhar, porque é um trabalho técnico, vamos usar a técnica da controladoria — que eu desempenho há uns dois anos, parece, ou mais, a minha vida inteira. E nós vamos, dentro desses

11 processos, fazer uma auditoria neles, identificar as possíveis irregularidades, quem lhes tenham dado causa por ação ou por omissão, com as respectivas oitivas posteriores de cada uma das pessoas. Após essas oitivas, vamos fazer uma análise técnica e será elaborado o relatório final. Esse é o caminho de apuração dos processos das 11 unidades de conservação.

Os outros processos, que são os dois processos da questão de retenção do carbono, dos projetos REDD+ (Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal), esses são de uma área técnica mais específica, que inclusive tem um Requerimento do Deputado Cirone, que além desses processos aqui, seria contratado uma pessoa jurídica ou um técnico com multidisciplinar para compreensão disso aí e fazer uma análise mais aprofundada. Serão esses os esclarecimentos, deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Mais algum esclarecimento? Mais algum questionamento? Secretário, quer fazer alguma consideração final?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGO - Gostaria só de agradecer muito o convite. Dizer que eu estou sempre à disposição desta Casa, como sempre estive e sempre estarei à disposição da Casa. E entendo isso aqui como muito importante. Nós precisamos trazer à luz melhor a forma como foram criadas essas 11 reservas. E para que nós não façamos no futuro, de novo, criações de reservas ou qualquer outro ato de forma não tão clara, a todo mundo, não que não tenha sido correta — isso vai ser elucidado ao final da CPI —, mas que todos saibam o processo melhor.

Foi criado de forma rápida. Acabou que muita gente teve direitos atropelados, cerceados, mas que vai ser demonstrado no decorrer da CPI. E que o povo de Rondônia que ganha com a CPI. É o povo de Rondônia que ganha, que cresce com esse grande trabalho dessa legislatura. Parabéns a todos os deputados. E estou sempre à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Meus amigos, mais uma vez, obrigado. Obrigado a todos que nos acompanham através das redes sociais, através de vários canais. Quero aqui agradecer a presença das pessoas que estão aqui no plenário acompanhando. E explicar também a questão da tecnicidade, a questão da CPI. Ela terá os seus momentos nas audiências quando nós facultaremos a palavra a todos os participantes, mas o Doutor Doca está aqui, está nos policiando. Tem muita gente de olho nessa CPI. E de olho no sentido de que se tiver algum deslize, alguma falha na condução dos trabalhos, e de repente gerar uma nulidade dessa CPI, judicialmente. Então, a gente está tomando todos os cuidados para que não tenha nenhum questionamento judicial.

No mais, gente, muito obrigado de coração a cada um de vocês. A luta continua. Não será uma luta fácil, mas é uma luta importante. Cada reunião dessa sobre embar-

gos, sobre as reservas, sobre o crédito de carbono são coisas que envolvem toda a população. Doutor Doca, não, acho que foi o Deputado Pedro que comentou, foi o Deputado Pedro que comentou. Tem pessoas, às vezes por falta de conhecimento, “Ah, isso aí é do homem do campo. Isso aí não tem a ver comigo. Eu trabalho em tal função aqui na cidade”. Um grande engano. Isso afeta a economia como um todo. “Ah, mas eu sou funcionário público”, afeta também, porque o grande arrecadador dos impostos hoje do Estado de Rondônia é o agronegócio.

Então, essa questão ambiental afeta a tudo e a todos. Obrigado mais uma vez.

Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 40 minutos)

20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 20.06.2023

INÍCIO: 15h25min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ
SR. LUIS DO HOSPITAL
SECRETÁRIO: SR. DELEGADO LUCAS

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 20ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero aqui cumprimentar os meus colegas deputados presentes na Sessão, secretariando aqui conosco o Deputado Delegado Lucas; o Deputado Luis do Hospital, de Jarú; os demais deputados que estão trabalhando de forma on-line. Sejam todos bem-vindos nesta tarde. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, só registrar a presença do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Áudio via WhatsApp) – Presidente, tudo bem? É o Deputado Luizinho Goebel. Solicito o registro da minha presença nesta Sessão Ordinária.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) - Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior. Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão a

Ata que acaba de ser lida. Não havendo ninguém para discutir, dou-a por aprovada.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Peço para registrar a minha presença.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrem a presença do Excelentíssimo Deputado Jean Mendonça. Está registrada, Excelência.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente Recebido.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura do Expediente recebido, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Mensagem nº 63/2023 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1422/2023 que “Proíbe a utilização de verba pública, no âmbito do Estado de Rondônia, em eventos e serviços que promovam a sexualização de criança e adolescente e dá outras providências”.

02 - Ofícios nºs 3254, 3261/2023 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 171, 221/2023 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

03 - Ofícios nºs 3307, 3103/2023 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 173, 199, 200, 201/2023 de autoria do Senhor Deputado Alan Queiroz.

04 - Ofício nº 3256/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 219/2023 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

05 - Gabinete da Senhora Deputada Ieda Chaves encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 08, 15 e 22 de março, 05, 12 e 19 de abril e 03, 09 e 10 de maio de 2023.

06 - Gabinete da Senhora Deputada Rosangela Donadon encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 07, 08 e 15 de março, 11 e 12 de abril e 03, 30 e 31 de maio de 2023.

07 - Gabinete do Senhor Deputado Delegado Camargo encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 03 de maio e 14 de junho de 2023.

08 - Ofício 066/2023 – Sindicato dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes do Estado de Rondônia – SINDER/RO – Comunicando que a pedido da Comissão de Transportes e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Rondônia, suspendeu o movimento paredista.

Expediente lido, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Senhor Secretário Deputado Delegado Lucas. Quero aqui nessa tarde também cumprimentar todos os servidores da Casa que estão fazendo o trabalho de vocês; a imprensa aqui presente. A imprensa, que tem um papel impor-

tante de levar a todo o Estado de Rondônia os acontecimentos desta Casa, acontecimentos do governo e que deixa a população informada. Então, para nós é sempre uma satisfação ter a imprensa aqui conosco, nesta Casa. Antes de dar sequência aos trabalhos aqui da Mesa, eu gostaria de informar à população do Estado de Rondônia que todos nós, deputados estaduais, fomos convidados — para não dizer convocados —, a estar participando amanhã, Deputado Delegado Lucas, Deputado Luis do Hospital, às 21 horas, em Brasília, com toda a Bancada Federal do Estado de Rondônia; com o Presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o Doutor Rodrigo Agostinho. Todos os deputados estaduais, representantes do Governo do Estado de Rondônia, para fazer uma tratativa, a convite do líder da bancada e da bancada federal, para fazer uma tratativa sobre os embargos de propriedades rurais do Estado de Rondônia.

Inclusive, Deputado Delegado Lucas, o senhor tem trazido bastante à baila esse tema, aqui nesta Casa, e há uma preocupação do Parlamento em relação a esse assunto, porque o Estado de Rondônia é um Estado com vocação agrícola. A nossa maior riqueza, a nossa maior indústria do Estado de Rondônia é o produtor rural, é a agricultura familiar, são as pessoas que trabalham com a terra.

E hoje está tendo essa sombra em relação aos embargos que aconteceram aqui nos Estados vizinhos e o Estado de Rondônia se preparando para o possível acontecimento, já está em busca de solução para não ser após o acontecido.

Então, amanhã, às 16 horas, nós vamos estar em Brasília, nessa reunião com a bancada federal, com o Ibama, tratando sobre esses embargos. E há uma preocupação para que nós possamos achar uma solução antes de acontecer o embargo. Porque, Deputado Luis do Hospital, tem acontecido de embargar a área e, depois, a pessoa, o proprietário, ter que provar que o embargo não é aquilo que se propôs e aí tem que tirar esse embargo. O problema é a burocracia. Hoje você tem licença que você consegue depois de seis meses. Imagina uma área embargada para você desembargar. Então, tem todo o setor produtivo nosso que depende dessa ação política, dessa força política, para que nós encontremos uma solução. E aí eu quero compartilhar com a população de Rondônia que a Assembleia Legislativa, como representante do povo, está muito atenta a essas demandas e nós iremos fazer essa tratativa.

E logo após, na quinta-feira, nós teremos o encontro do Parlamento Amazônico, que são nove estados que fazem parte do Parlamento Amazônico; sete da região amazônica, mais o Maranhão e o Mato Grosso, em um encontro em Palmas, no Tocantins, no qual serão tratados vários temas que vêm sendo tratados mensalmente pelos Parlamentos. Já tivemos alguns avanços, como a questão ambiental aqui da região amazônica, a questão da exploração do garimpo, a questão do desenvolvimento sustentável, a questão da malha aérea aqui da região amazônica, que nós temos muita dificuldade.

Então, os Estados estão unidos, os parlamentares, para que nós possamos, juntos, encontrar uma solução junto ao governo federal e dar celeridade nessas demandas aqui da nossa região amazônica.

São demandas comuns em algumas áreas. Na questão aérea, Rondônia tem dificuldade, o Estado do Acre tem dificuldades, o Estado de Roraima tem dificuldades, o Amazonas; é uma demanda comum. Nós temos a demanda de alguns Estados, por exemplo a BR-174 que interliga Manaus a Boa Vista, que nós estamos juntos com a bancada de Roraima. Nós temos a BR-319, que é interesse do Estado de Rondônia, interesse do Estado do Amazonas, interesse de Roraima, que nós estamos juntos nessa demanda. Então, são vários assuntos da região amazônica que estão sendo debatidos nesse Parlamento.

Quero aqui parabenizar a Presidente do Parlamento Amazônico, Edna, do Estado de Roraima, que tem feito esses encontros, trazido autoridades do governo federal para que a gente possa realmente discutir e achar uma solução dessas demandas em nível de região amazônica. Nossas matérias já estão prontas para serem deliberadas?

Dando continuidade, o Expediente já foi lido. Dando continuidade à nossa Sessão, passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra, o Excelentíssimo Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente em exercício, Deputado Cirone Deiró; Excelentíssimo Deputado Luis do Hospital; nobres colegas que acompanham de forma remota, servidores desta Casa; população aqui presente que nos acompanha no plenário e também pelas redes sociais.

Eu quero, hoje, com muita felicidade, ao iniciar a minha fala, estender aqui os meus parabéns e a minha sensação de incomensurável alegria em poder estar comemorando hoje, celebrando o quinto aniversário da minha primogênita. Helena, minha filha, eu te amo, sou muito grato a Deus por ter me proporcionado uma filha tão maravilhosa como você e também por ter me dado a oportunidade de estar vivo aqui para te ver crescer, amadurecer e florescer como essa linda e doce menina que você já é. Você e seu irmão, junto com a sua mãe, são as maiores alegrias da minha vida. Parabéns, feliz aniversário minha filha, eu te amo.

Em seguida, eu quero aproveitar aqui a oportunidade para endossar as palavras recém-proferidas pelo meu Presidente em exercício, Deputado Cirone, a respeito da importância dessa nossa agenda amanhã na cidade de Brasília, na capital do nosso país. E em seguida também nossa agenda em Palmas, no Tocantins, na 4ª Reunião Ordinária do Parlamento Amazônico.

E hoje foi dito mais cedo aqui na Comissão processante, na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) - da qual eu tenho muito orgulho de fazer parte -, de que estes temas afetos a nossa regularização fundiária, em especial a esses embargos ambientais, são de primeira necessidade, de maior interesse para nossa população de

Rondônia, da nossa Amazônia e do nosso Brasil. E uma prova de que o Parlamento rondoniense está imbuído de forma unida e coesa em defender os interesses do nosso produtor rural, seja o pequeno, seja o médio, seja o grande, aquele que carrega nossa economia nas costas, é esse grande número de parlamentares que estará representando o nosso Parlamento amanhã.

Então, fica aqui o nosso agradecimento também ao nosso Presidente Deputado Marcelo Cruz por ter liberado que essa comitiva, em peso, pudesse estar presente amanhã, para que nós mostremos que Rondônia e todo o Norte está unido em favor do nosso produtor rural; e não compactua, não concorda com essa forma de processar, que tem atacado o nosso produtor rural, aqui nos Estados vizinhos e também essa iminência de chegar aqui em nosso Estado.

Eu quero ser breve, mas não posso deixar de fazer aqui um comentário e, na verdade, um repúdio a uma desinformação praticada nessa última semana da qual fui vítima, juntamente com alguns colegas deste Parlamento. Um site de notícias denominado JH Notícias veiculou nessa última semana uma matéria completamente mentirosa, um jornalismo sem compromisso com a verdade, quando não entrou em contato com nenhum dos parlamentares que menciona — e posso dizer por mim que não fui procurado pela redação desse site — quando foi elencado na matéria que um bloco de esquerda havia sido instalado na Assembleia de Rondônia. E aqui vou mencionar *ipsis litteris*, um trecho desta matéria, que assim mencionou: "A formação deste bloco representa o ressurgimento da esquerda dentro da Assembleia Legislativa de Rondônia, que foi perdendo espaço ao longo dos anos com o avanço da direita no Estado." E diz ainda, em um parágrafo anterior, que o Partido Progressista, o PP, o qual faço parte, a minha sigla partidária seria um partido ligado à esquerda, sendo conhecidamente um partido de centro-direita.

Eu, como parlamentar, assim como o partido ao qual pertencço, assumem desde — no meu caso, a pré-campanha, a campanha e durante o nosso mandato —, uma posição voltada ao espectro da direita, sem prejuízo à democracia e respeitando sempre as opiniões em contrário. Em nenhum momento entramos em um bloco com o intuito de fortalecer o espectro da esquerda dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, tampouco na Assembleia Legislativa. Existe uma obrigação regimental de que sejam formados blocos para liberação de Emendas de bancada, única e exclusivamente com essa finalidade.

Em nenhum momento essa inverdade poderia ter sido veiculada se qualquer dos parlamentares que compõem esse bloco tivesse sido procurado. Mas, não fomos, com a clara intenção de deturpar a verdade e de levar a conclusões equivocadas à população rondoniense, que confiou o voto a nós e que espera que nos mantenhamos fieis aos nossos valores e aos nossos posicionamentos, que juramos defender durante o mandato eletivo. Não poderia, então, de vir aqui negar essa afirmação, embora já tenha sido feita em uma nota publicada pelo

mesmo site, este veículo não retirou a notícia que desinforma. E gerou um grande constrangimento a este parlamentar e a seus apoiadores, que durante todo esse final de semana e ainda o dia de ontem, receberam essa notícia e se decepcionaram, nos procuraram com sentimento de revolta e de traição; com um sentimento de que nós estaríamos ou enganando durante a campanha, e que agora teria sido revelada uma verdade a qual estaria obscura, o que não condiz com a realidade dos fatos.

Então, eu venho aqui a essa tribuna fazer esse esclarecimento, manifestar o meu repúdio pela forma leviana como essa matéria foi veiculada, como foi redigida sem procurar os parlamentares envolvidos. E, mesmo após a nossa indignação, embora a nota de resposta tenha sido veiculada, a matéria originalmente inverídica, de forma tendenciosa, permanece no site, de maneira que provavelmente teremos que acionar a Justiça para que seja retirada.

Fica aqui meu repúdio, minha insatisfação. E a população de Rondônia pode ter certeza que continuaremos com o nosso perfil, embora equilibrado, moderado, mas fiéis aos nossos valores, aos nossos princípios e aquilo que nós acreditamos.

Muito obrigado. Fiquem todos com Deus.

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) - Um aparte, Deputado Delegado Lucas. Um aparte, se puder.

O SR. DELEGADO LUCAS – Se o Presidente autorizar, eu concedo aparte.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pois não, Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) - Faço aí das palavras do Deputado Lucas, as minhas palavras. Também estou com esse sentimento. Meu posicionamento é um posicionamento em que eu defendo sempre a direita e esse site, realmente, nos prejudicou. O mesmo que aconteceu com o Deputado Lucas aconteceu comigo, de pessoas questionando o nosso posicionamento, com a sensação de serem traídos por nós. E pessoas aproveitaram para fazer o compartilhamento.

Peço aí também a sensibilidade desse site para retirar a matéria, pois não é verdade o que foi... E eu também não fui procurado pelo site para ser questionado. Então, eu quero endossar aí as palavras do meu colega, Deputado Lucas, e nós nos sentimos prejudicados. E o nosso posicionamento às pessoas que nos acompanham, tanto pelas redes sociais, como nas matérias tratadas aí na Casa, observam o nosso posicionamento.

Desde já agradeço. E um abraço aí, Deputado Lucas, estamos juntos nessa luta. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Queria aqui também endossar aqui as palavras do nosso colega Deputado Delegado Lucas. Foi criado, aqui dentro da Casa, um

bloco para que a gente pudesse liberar as Emendas de bancada. O intuito é unir os partidos que têm menos de três representantes aqui dentro da Assembleia Legislativa. Em nenhum momento foi trazido se é de direita, de esquerda. Nós sabemos do posicionamento do Deputado Lucas, do Deputado Pedro Fernandes, demais deputados, em relação à defesa do setor produtivo, a defesa da família, do conservadorismo.

E nós temos que respeitar os colegas deputados, e ver que são pessoas que trabalham em prol do crescimento de Rondônia. E aí vem uma matéria dessa, com inverdade. É claro, nós sabemos que, pontualmente, foi uma pessoa que fez isso, porque quem tem, aqui no Estado de Rondônia, veículos de comunicação sérios, não faz uma matéria dessa, Deputado Lucas. São pessoas que querem denegrir a imagem de quem está comprometido com o trabalho e não precisa fazer isso para crescer.

Não precisamos denegrir a imagem de "A", de "B" ou "C". E sabemos, deputado, do compromisso do senhor com o crescimento do Estado, com a família, com a verdade. O senhor é uma pessoa de centro-direita, tem sempre defendido isso aqui na Casa, os Anais registram isso. E aí pessoas vêm querendo denegrir a imagem do trabalho de vocês, do senhor, como o Deputado Pedro Fernandes e demais colegas deputados.

E nós temos que respeitar aqueles que também têm as ideologias contrárias. Vamos respeitar. Mas, que a gente não pode, assim, querer taxar uma pessoa daquilo que a verdade não corresponde. Então, fica aqui também a minha solidariedade a vocês, o nosso repúdio a esse tipo de matéria aqui dentro do Estado de Rondônia.

Obrigado, Deputado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Agradeço as palavras do Deputado Cirone e Deputado Pedro, ratifico. E encerro dizendo que esse bloco, como foi muito bem aqui atestado, não foi criado com nenhuma finalidade ideológica, não foi criado com nenhuma finalidade partidária, tampouco significa que serão feitos votos conforme essa bancada ou esse bloco. É apenas uma questão regimental referente às Emendas de bancada, que muito beneficiarão a população e os projetos que cada um desses parlamentares defende, e é uma obrigatoriedade do Regimento. Então, fica aqui o nosso repúdio e o meu agradecimento pela oportunidade, fiquem todos com Deus.

(Às 15 horas e 49 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a Presidência ao Senhor Luis do Hospital)

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Lucas. Parabéns. Também aqui me solidarizo a você, ao Deputado Pedro, que realmente nós temos que fazer política séria, é isso que nós estamos fazendo aqui.

Pelo tempo de cinco minutos, o nosso Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Presidente Deputado

Luis do Hospital; uma honra estar usando a tribuna desta Casa, com o senhor presidindo esta Sessão.

Cumprimentar todos aqui presentes, os colegas deputados que estão trabalhando de forma on-line; toda a população do Estado de Rondônia; os nossos servidores. E dizer da nossa alegria de estar, mais uma vez, aqui representando o povo de Rondônia nesta Casa.

Nós teremos esse fim de semana, na cidade de Cacoal, a visita do nosso Governador Coronel Marcos Rocha para a inauguração de mais uma obra de infraestrutura na cidade de Cacoal, um trabalho feito pelo Governo do Estado, por meio do DER. Nós que, há poucos dias, fizemos ali o lançamento do início de obras, a assinatura do início de obras, juntamente com o governador, em algumas ruas dos bairros da cidade de Cacoal. E nós teremos, neste sábado agora, dia 24, a grata presença do governador, às 17h30, ali no bairro Vista Alegre para fazer a inauguração de mais uma avenida, uma rua feita ali pelo DER do Estado de Rondônia, uma rua muito crítica, uma drenagem, uma rua que tem muitos obstáculos, pedras que tiveram que ser removidas para fazer a drenagem e o asfalto dessa rua. Um anseio de mais de 30 anos da população daquele bairro. E agora, no sábado agora, terá aí a inauguração, por meio do nosso governador.

Eu quero trazer também aqui nesta tribuna, Presidente, um convite a todo o Estado de Rondônia, ao setor produtivo do Estado de Rondônia, que nós teremos na cidade de Cacoal, nos dias 30/06, 01/07 e 02/07, a Cafecau (Feira do Café e do Cacau). Nós tivemos a honra ali, juntamente com o Deputado Cássio Gois, em colocar um recurso para a realização dessa feira na cidade de Cacoal, onde nós vamos demonstrar a potencialidade da cidade de Cacoal na produção do café e do cacau. Teremos ali produtos feitos do café, produtos feitos do cacau. Inclusive essa semana a indústria de sorvetes aqui do Estado de Rondônia, que é a Mega Bom, criou o sorvete de café em homenagem a essa feira que vai ter lá na cidade de Cacoal.

Então, convidar toda a população do Estado de Rondônia, os produtores, para que possamos estar ali na cidade de Cacoal conhecendo os nossos produtores, o que foi feito na plantação de café, o que está sendo feito na plantação de cacau, para que nós possamos ter produtos de qualidade aqui no Estado de Rondônia.

Então, eu quero aqui fazer esse convite à população. Nós que estamos, ao longo do tempo, ao longo dos dias, do nosso mandato, desde o primeiro mandato, sempre investindo na agricultura familiar do Estado de Rondônia. São mais de 50 associações que receberam o nosso benefício, por meio de Emendas para colocar um secador de café, Emendas para colocar uma máquina de café, uma ensiladeira, uma plantadeira, e assim por diante. São vários implementos que nós estamos colocando nas associações para que elas tenham condições de plantar mais e com mais qualidade e com menos mão de obra. Então, a gente tem feito esse trabalho dentro do Estado de Rondônia valorizando o produtor, valorizando a comunidade à qual ele pertence. Assim, a gente consegue fazer com que o Estado produza mais, essas pessoas

continuem lá na zona rural, continuem lá na Linha morando, continuem tendo qualidade de vida com essas plantações que eles têm lá, e a gente dando essas condições de ter um produto de qualidade.

Então, eu venho aqui fazer esse convite a todo o Estado de Rondônia. Nós sabemos aqui que a região de Porto Velho, como União Bandeirantes, Buritis, Campo Novo, Cujubim, todo o Estado de Rondônia está muito envolvido na plantação do café, e Cacoal, como a capital do café, vai receber todos vocês do dia 30 de junho ao dia 02 de julho para esse grande evento ali na cidade de Cacoal.

E como a gente sempre tem trazido aqui esse trabalho nosso junto às associações, nessa última sexta-feira agora, às 16 horas, eu tive o prazer de estar ali na Linha 6, indo para Ministro Andrezza, onde colocamos um secador de café, uma máquina de café, um tratorzinho de roçar grama, um torrador, um moedor de café, beneficiando também mais uma associação — a Associação Juventude, da Linha 6. Quase 100 famílias foram ali beneficiadas com esse investimento nosso, por meio do Governo do Estado, por meio do Governador Coronel Marcos Rocha; receberam nossa Emenda e estão ali sendo beneficiados, podendo produzir ali, produzir com qualidade.

Colocamos também, Presidente Luis, um recurso, o primeiro recurso liberado deste ano para fazer um evento na cidade de Cacoal, no Rancho Montana, onde os criadores de cavalos tiveram a oportunidade de fazer um encontro. Tivemos ali um torneio de Team Roping, vários competidores aqui do Estado de Rondônia e de outros Estados participaram, onde, depois da pandemia, estão tendo a oportunidade novamente de estarem juntos.

Nós temos que investir na infraestrutura, investir em pontes, investir em prédios, mas nós temos que investir também na qualidade de vida das pessoas, e esse encontro, essa socialização dessa outra categoria de esportes fez muito bem para essas pessoas, estavam muito entusiasmadas ali na cidade de Cacoal. Tivemos a presença do Vice-Governador Sérgio Gonçalves, que nos honrou com a sua presença para esse grande evento.

E logo após isso, nós tivemos também uma viagem para Alta Floresta D'Oeste, onde participamos do aniversário da cidade, junto com o Prefeito Giovan Damo. Um grande evento em Alta Floresta D'Oeste. A sociedade toda na praça, quase cinco mil pessoas nos receberam na cidade de Alta Floresta D'Oeste, juntamente com o vice-governador e o prefeito da cidade, autoridades locais, Deputado Federal Thiago Flores, Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, deputados que estiveram ali presente para esse grande evento. Deputado Fernando Máximo também teve este conosco ali.

E, finalizar, no fim de semana estivemos também em Espigão D'Oeste, que é mais um município que estava aniversariando esse fim de semana. Fomos recebidos ali pelo Prefeito Welinton. A Festa do Café e Milho, na cidade de Espigão D'Oeste. Prefeito fez um belíssimo evento na cidade, quase seis mil pessoas na avenida de Espigão

D'Oeste fazendo uma grande celebração aos 42 anos do município.

Então, fica o nosso abraço à população de Espigão D'Oeste, de Alta Floresta D'Oeste, de Cacoal, de Ministro Andreazza. Fizemos uma belíssima agenda esse final de semana para contemplar nesses eventos e ao mesmo tempo estar ali presente vendo as demandas e as necessidades dos municípios no entorno da nossa região. Seria isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade e estaremos sempre debatendo, trazendo as demandas da sociedade, mas, acima de tudo, respeitando aquilo que a nossa sociedade precisa desta Casa para debater as demandas e as falas aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone, parabéns pelas palavras. Eu retorno a Presidência a Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) - Aproveitar aqui esse intervalo, enquanto o nosso Presidente retorna, para fazer de público aqui um registro de elogio da sua atuação parlamentar, Deputado Cirone. Você é um deputado que serve de exemplo para todos nós, muito enaltece esta Casa e a sua postura como parlamentar, as vitórias que o senhor tem conseguido dia após dia para seu eleitorado, para todo o Estado de Rondônia, a competência com o qual o senhor conduz o seu mandato é um exemplo, um orgulho para todos nós. Parabéns pelo parlamentar que o senhor é e tem se tornado, vai chegar muito mais longe ainda, com certeza.

(Às 15 horas e 57 minutos o Senhor Luis do Hospital passa a Presidência ao Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Deputado Lucas, Deputado Luis muito nos honra as suas palavras. Mas nós vamos, a cada dia aprendendo. Nós vamos aprendendo com vocês, a gente vai trocando informações sempre em benefício da população do Estado. Uma satisfação dividir assento nesta Casa com cada um de vocês.

Encerrada as Breves Comunicação, passaremos ao Grande Expediente. Não há oradores escritos. Encerrando o Grande Expediente, solicito ao Senhor Secretário que proceda leituras das Proposições recebidas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira — Templo Central de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos atletas e à comissão técnica da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, que participaram do Campeonato

Brasileiro Escolar de Futsal, realizado pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar, em Santa Catarina, em razão de terem conquistado a Medalha de Ouro na competição, elevando o nome de Rondônia ao lugar mais alto do pódio.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, cancelamento da Sessão Solene aprovada nos moldes do Requerimento nº 190/2023 para entrega de Votos de Louvor, Títulos Honoríficos de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia e Medalhas de Honra ao Mérito que seria realizada no dia 22/06/2023 (quinta-feira) às 09:00 horas, no Plenário da Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor para homenagear as demais Mães Atípicas abaixo relacionadas dos municípios do Estado pelos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, esclarecimentos acerca da distribuição dos medicamentos para Pessoas com Deficiência no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações acerca do Projeto de Telemedicina a ser implantado no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações e providências quanto às instalações e estruturas do Hemocentro de Cacoal.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Curso de Libras I, II e III, através da Escola do Legislativo, no Município de Vilhena — RO, no mês de agosto.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de cursos, através da Escola do Legislativo, no Município de Nova Mamoré — RO, no mês de julho.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário ao Senhor Sebastião Valadares Neto pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à Senhora Milsolange Pires Luz Valadares pelos relevantes serviços prestados ao Estado.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao médico Dr. Adegildo Aristides Ferreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Tenente-Coronel Ivan César Vian, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de

Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede Medalha do Mérito Legislativo do Estado de Rondônia ao Senhor Mauro Nazif Rasul.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Sr. Deputado Federal Lúcio Antônio Mosquini.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL E DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Juacy dos Santos Loura Júnior pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer à Mesa Diretora a alteração da data da Sessão Solene para a efetivação de outorga de Voto de Louvor, Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Honra ao Mérito que inicialmente seria realizada no dia 4 de agosto de 2023 a fim de ser transferida para o dia 29 de setembro de 2023, sexta-feira, às 15 horas, no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização de Sessão Solene para entrega de Títulos Honoríficos de Honra ao Mérito ao 3º Sargento PM Cezar Augusto Peixoto de Lima e ao Cabo PM Eduardo Aalan Teixeira da Silva, por ato de bravura e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia a ser realizada no dia 30/06/2023 (sexta-feira), às 09:00 horas, em Ji-Paraná/RO.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Institui o Dia Estadual da Mulher Camponesa, no âmbito do Estado de Rondônia, a ser celebrado anualmente no dia 14 de julho.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Eugênio Odilon Ribeiro, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário, ao Tenente-Coronel PM Maurílio Miranda Pereira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário, ao Tenente-Coronel da Polícia Militar Rodrigo Arivabene Coelho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário, ao Tenente-Coronel da Polícia Militar Paulo Henrique da Silva Barbosa, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher - CEDM, informações e providên-

cias referentes à implantação da Casa da Mulher Brasileira no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil, à Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, à Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, em cooperação técnica com a Delegacia Especializada em Crimes contra o Consumidor - DECCON e Instituto de Pesos e Medidas de Rondônia - IPEM, informações e providências acerca dos preços dos combustíveis praticados no âmbito do Estado, uma vez que diante da redução anunciada pelo Governo Federal, a população tem reclamado que as empresas locais, de maneira geral, não tem possibilitado a redução de forma equivalente aos consumidores.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania — SESDEC, informações e esclarecimentos acerca do serviço de emissão de Carteiras de Identidade, no âmbito do Estado de Rondônia, tendo em vista as frequentes denúncias e reclamações da população quanto às dificuldades encontradas para terem acesso ao documento.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social — SEAS, informações e providências referentes à Lei nº 3888/2016, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Rondônia — PEFESRO e criou o Conselho Estadual de Economia Solidária, bem como quanto ao estabelecimento de parcerias com o Fórum Rondoniense de Economia Solidária — FRES/RO, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania — SESDEC e ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher — CEDM, informações e providências quanto ao cumprimento da Lei 14.541, de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam 24h).

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde — SESA, informações sobre o quantitativo de pessoas em fila na regulação, considerando as especialidades destacadas, bem como quais providências estão sendo tomadas para a redução urgente no tempo de espera do atendimento.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Secretário Deputado Delegado Lucas, registra a minha presença por gentileza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Cássio Gois.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – Registrado, excelentíssimo deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Quero solicitar à Mesa para registrar a presença do Excelentíssimo Deputado Alex Redano.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Senhor Presidente, registra a presença da Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença da Deputada Dr^a Taíssa.
Registrar também a presença da Deputada Rosangela Donadon.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Áudio via WhatsApp) – Presidente, registra a minha presença. Deputada Rosangela Donadon.

O SR. ALEX REDANO (Áudio via WhatsApp) – Presidente, registra a minha presença. Deputado Alex Redano.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrada a presença do Deputado Alex Redano, da Deputada Rosangela Donadon, da Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cássio Gois. Ok. Obrigado.
Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Questão de Ordem, Presidente. Deputado Delegado Camargo. Apenas para deixar registrado nos Anais desta Casa, eu peço que Vossa Excelência faça a leitura dos deputados presentes. Talvez alguns colegas não estejam acompanhando e não sabem se suas presenças foram computadas ou não. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Já, já farei a leitura. Matérias a serem apreciadas, Secretário Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização de Sessão Solene para entrega de Títulos Honoríficos de Honra ao Mérito ao 3º Sargento PM Cezar Augusto Peixoto de Lima e ao Cabo PM Eduardo Aalan Teixeira da Silva, por ato de bravura e pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia a ser realizada no dia 30/06/2023 (sexta-feira), às 09:00 horas, em Ji-Paraná/RO.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento da Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer à Mesa Dire-

tora a alteração da data da Sessão Solene para a efetivação de outorga de Voto de Louvor, Medalhas do Mérito Legislativo e Título Honorífico de Honra ao Mérito que inicialmente seria realizada no dia 4 de agosto de 2023 a fim de ser transferida para o dia 29 de setembro de 2023, sexta-feira, às 15 horas, no Plenário desta Casa de Leis.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento de autoria coletiva. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**
Eu gostaria que o Secretário lesse aqui quem está registrada a presença, por gentileza.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – Peço atenção dos excelentíssimos deputados que se encontram de forma remota, será procedida a leitura daqueles que estão com a presença registrada. Algum dos colegas que estiver acompanhando remotamente, que não for citado, por favor, solicite para que seja registrada a sua presença.
Deputados com a presença registrada na presente Sessão: Deputado Alan Queiroz, Deputado Alex Redano, Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró, Deputado Delegado Camargo, Deputado Delegado Lucas, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Edevaldo Neves, Deputado Ezequiel Neiva, Deputada Gislaine Lebrinha, Deputado Jean Mendonça, Deputado Luis do Hospital, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Nim Barroso, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Ribeiro do Sinpol, Deputada Rosangela Donadon, Deputado Marcelo Cruz. Totalizando 18 parlamentares com presença registrada, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Senhor Secretário. Dando continuidade, matérias a serem apreciadas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, esclarecimentos acerca da distribuição dos medicamentos para Pessoas com Deficiência no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Cirone Deiró. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer a aprovação de Voto de Louvor à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira — Templo Central de Porto Velho.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Alan Queiroz, do Podemos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Louvor para homenagear as demais Mães Atípicas abaixo relacionadas dos municípios do Estado pelos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Cirone Deiró. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, cancelamento da Sessão Solene aprovada nos moldes do Requerimento nº 190/2023 para entrega de Votos de Louvor, Títulos Honoríficos de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia e Medalhas de Honra ao Mérito que seria realizada no dia 22/06/2023 (quinta-feira) às 09:00 horas, no Plenário da Casa de Leis.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Excelentíssimo Deputado Cirone Deiró. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos atletas e à comissão técnica da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, que participaram do Campeonato Brasileiro Escolar de Futsal, realizado pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar, em Santa Catarina, em razão de terem conquistado a Medalha de Ouro na competição, elevando o nome de Rondônia ao lugar mais alto do pódio.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento Excelentíssimo Deputado Alex Redano. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário ad hoc) - Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Senhor Secretário, Deputado Delegado Lucas, hoje aqui. Bastante trabalho na Casa, obrigado pela colaboração conosco.

Encerrada a Ordem do Dia, passaremos às Comunicações de Lideranças. Não há inscritos. Passaremos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos. Não havendo mais oradores inscritos quero, mais uma vez, agradecer aos colegas deputados aqui presentes, os deputados que trabalharam de forma remota, dizer da importância dessa reunião que participaremos amanhã, às 16 horas, no Ibama. Novamente frisar aqui que os parlamentares estão ali deliberando, juntamente com a bancada federal.

E, na quinta-feira, o encontro do Parlamento Amazônico para, mais uma vez, deliberar os assuntos relacionados à região amazônica, dos nove Estados: nós aqui que pertencemos, pertencendo os sete Estados (da região Norte) mais o Mato Grosso e o Estado do Maranhão. Quero agradecer cada um dos servidores, à imprensa aqui presente.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 21 de junho, amanhã, no horário regimental, ou seja, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Sessão Ordinária às 16 horas e 19 minutos)